



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

PREGÃO ELETRÔNICO 90043/2026

CONTRATANTE (UASG)

CÂMARA DOS DEPUTADOS (10001)

OBJETO

Prestação de serviços de implementação de sistema de ar-condicionado baseado em condicionadores de ar do tipo "Splitão", envolvendo fornecimento de materiais e equipamentos, novos e para primeiro uso; montagem, instalação, colocação em operação, balanceamento e testes; treinamento; manutenção e operação do novo sistema até a sua entrega definitiva, com garantia de funcionamento pelo período mínimo de 12 (doze) meses, para o Parque Gráfico da Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus Anexos.

Havendo discordância de especificações Comprasnet x Edital, prevalecerão as do Edital.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 705.365,99 (setecentos e cinco mil trezentos e sessenta e cinco reais e noventa e nove centavos)

DATA DA PUBLICAÇÃO

30/4/2026

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/5/2026 às 10 horas (horário de Brasília) - www.gov.br/pncp/pt-br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço para o item único

O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário

MODO DE DISPUTA

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Licitação exclusiva? Não

Itens exclusivos/Reserva de cotas? Não

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não

Formalização da contratação	Requisitos específicos de habilitação?	Previsão de Vistoria Prévia?	Amostra/Protótipo/ Prova de Conceito?	Arquivos disponibilizados com o Edital?
CONTRATO	SIM <i>Veja Termo de Referência</i>	SIM (Facultativa) <i>Veja Termo de Referência</i> <i>Telefone para contato: (61) 3216-4401</i>	NÃO	SIM Modelo da Proposta e Projeto <i>Veja Anexo 8</i>
Impugnação ao Edital e Pedido de esclarecimento Até o dia 13/5/2026 exclusivamente pelo e-mail cpl.dg@camara.leg.br				
Informações Adicionais Telefones: (61) 3216-4906 e 3216-4907				

Sumário

1. DO OBJETO.....	4
2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	11
6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, DO DESEMPATE E DA NEGOCIAÇÃO	11
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	15
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	18
9. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	20
10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	22
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	24
12. DO FORO.....	26





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PREGÃO ELETRÔNICO 90043/2026
(Processo Administrativo 1530433/2023)

Torna-se público que a Câmara dos Deputados, por meio da Secretaria Executiva da Comissão Permanente de Contratações, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei n. 14.133/2021](#); do Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 206/2021; doravante designados, respectivamente, como “LEI” e “REGULAMENTO”; pela Lei Complementar n. 123/2006 e demais legislação aplicável; e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviços de implementação de sistema de ar-condicionado baseado em condicionadores de ar do tipo “Splitão”, envolvendo fornecimento de materiais e equipamentos, novos e para primeiro uso; montagem, instalação, colocação em operação, balanceamento e testes; treinamento; manutenção e operação do novo sistema até a sua entrega definitiva, com garantia de funcionamento pelo período mínimo de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1.1.1. Este Pregão será realizado em item único.

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da LEI e para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, exclusivamente pelo e-mail cpl.dg@camara.leg.br.

2.1.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

2.2. A impugnação e o pedido de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.3. A concessão de efeito suspensivo é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo da licitação.

2.4. Eventuais modificações no Edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. Caberá à licitante responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Câmara dos Deputados por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item 3.1 deste Título e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. A não observância do disposto neste item poderá ensejar desclassificação na licitação.

3.4. Será concedido tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, às sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da LEI, ao agricultor familiar, ao produtor rural pessoa física e ao microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar n. 123/2006.

3.4.1. A obtenção do benefício a que se refere este item fica limitada às microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5. Não poderão participar deste certame:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e de seus Anexos;
- b) pessoa física ou jurídica que esteja, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Câmara dos Deputados ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404/1976, concorrendo entre si;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f) agente público da Câmara dos Deputados;
- g) instituições sem fins lucrativos;
- h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- i) empresário ou sociedade empresarial cujos estatuto ou contrato social não preveja atividade pertinente e compatível com o objeto deste certame;
- j) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- k) empresário ou sociedade empresarial que se encontrem em processo de dissolução, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;
- l) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica;
- m) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado.

3.5.1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Câmara dos Deputados, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da LEI.

3.5.2. O impedimento de que trata a alínea “b” deste tópico será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

3.5.3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas “l” e “m” deste tópico poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.5.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.5.4. O disposto nas alíneas “l” e “m” deste tópico não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.5.5. A vedação de que trata a alínea “f” deste tópico estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.5.6. A participação no certame de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento antecederão à fase de habilitação.

4.2. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário fixados para a abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) até a data de cadastramento eletrônico da proposta, **inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação** na presente licitação e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) **não emprega menor** de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

- d) sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, a **proposta apresentada para participar da presente licitação foi elaborada de maneira independente** e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe, por qualquer meio ou por qualquer pessoa e, ainda, que:
- i. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
 - ii. não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, quanto a participar ou não da referida licitação;
 - iii. o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
 - iv. o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Câmara dos Deputados antes da abertura oficial das propostas e
 - v. está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
- e) não possui **empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência** e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- g) cumpre a **cota de aprendizagem** nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

4.4. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou enquadrada como sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da LEI.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

4.4.1. No caso de item/grupo exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item/grupo.

4.4.2. No caso de item/grupo em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da LEI.

4.6. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto n. 12.304/2024, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da LEI.

4.7. A falsidade de declarações sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

4.8. A licitante poderá retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema eletrônico, até a data e o horário fixados para a abertura da sessão pública.

4.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta e
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a alínea “a” acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

- a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço e
- b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do disposto neste Título possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para a Câmara dos Deputados, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá à licitante interessada em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.15. O CNPJ da licitante utilizado para cadastramento de sua proposta e dos documentos de habilitação deverá ser o mesmo constante da documentação apresentada para registro no SICAF.

4.16. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, até a data e o horário fixados para a abertura da sessão pública, dos seguintes campos:

- a) Valor ofertado;
- b) Marca/Fabricante, quando disponível;
- c) Modelo/Versão, quando disponível.

4.17. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

4.18. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.19. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.20. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponder à média dos efetivos recolhimentos da empresa (nos últimos doze meses ou, no caso de empresas criadas no exercício financeiro da licitação, nos meses de funcionamento), quando for o caso.

4.21. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.22. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

nos seus termos, bem como de fornecer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade e qualidade adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.23. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data, hora e no sítio eletrônico indicados na primeira página deste Edital.

5.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com requisitos estabelecidos neste Edital.

5.3. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

5.3.1. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento, em tempo real, por todos os participantes.

5.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.5. O sistema selecionará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro.

5.6. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

5.7. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, DO DESEMPATE E DA NEGOCIAÇÃO

6.1. Classificadas as propostas, será iniciada a fase competitiva, oportunidade em que as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o critério de julgamento constante da capa deste Edital e as demais regras estabelecidas no presente instrumento.

6.2. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, sendo imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.3. Durante a fase competitiva, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

- 6.4. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (cinco décimos por cento).
- 6.5. A licitante poderá excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.6. Além do que dispõe o item anterior, não será admitida desistência de lances ofertados, sujeitando-se a licitante às sanções administrativas previstas neste Edital.
- 6.7. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecutável.
- 6.8. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa “aberto”**.
- 6.8.1. As licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.8.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.8.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.8.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste Edital, quando for o caso.
- 6.8.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de, pelo menos, 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.8.6. Após o reinício previsto no subitem anterior, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.
- 6.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

6.11.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.12. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.13. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema efetuará a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da empresa licitante.

6.13.1. O sistema identificará, em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para fins de aplicação do disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538/2015.

6.13.1.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, somente poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência, nos termos do art. 5º, §9º, I, do Decreto n. 8538/2015.

6.13.1.2. Nessa hipótese, o parâmetro para o empate ficto, consistirá no preço ofertado pela licitante classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.13.2. Nessa hipótese, serão consideradas empatadas com a primeira colocada as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte que estejam na faixa de até 5% (cinco por cento), no caso de pregão, ou de até 10% (dez por cento), nas demais modalidades, acima do menor preço ou abaixo do maior desconto, conforme o critério de julgamento adotado.

6.13.3. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do subitem anterior, poderá apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente com valor inferior ao da primeira colocada ou, quando o critério for de maior desconto, com desconto superior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado automaticamente pelo sistema após a respectiva comunicação.

6.13.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 5% (cinco por cento), no caso de pregão, ou de até 10% (dez por cento), nas demais modalidades, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

6.13.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio eletrônico entre elas, para definir a ordem de apresentação das novas ofertas.

6.14. Só será possível haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.14.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da LEI, nesta ordem:

- a) Disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) Avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão, preferencialmente, ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na LEI;
- c) Desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto n. 11.430/2023;
- d) Declaração da licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto n. 12.304/2024.

6.14.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas estabelecidas no território do Distrito Federal;
- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n. 12.187/2009.

6.14.3. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha da licitante vencedora ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo.

6.15. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação, o Pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.15.1. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

6.15.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.15.3. O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.15.4. O Pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta (conforme modelo anexo) adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.15.4.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido.

6.15.5. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta e/ou a documentação solicitada, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da LEI, em legislação correlata e no Título 3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria-Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência;
- c) por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- e) por composição societária das empresas a serem contratadas, mediante pesquisa no SICAF, a fim de se certificar se entre os sócios há servidores do próprio órgão contratante, abstendo-se de celebrar contrato nessas condições, em atenção ao § 1º do art. 9º da LEI.

7.2. A verificação pelo Pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para verificar as condições de participação da licitante.

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n. 8.429/1992.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

7.4. Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.

7.5. Caso atendidas as condições de participação, será dado prosseguimento ao procedimento licitatório.

7.6. Caso a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se a licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6.1. Caso a licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6.2. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Pregão.

7.8. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

7.8.1. Será desclassificada a proposta que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço definido para a contratação no orçamento estimado;
- d) Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) Não cumprir os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

- a) Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- b) No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao Edital;
- c) Será analisada a exequibilidade das propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Câmara dos Deputados, independentemente do regime de execução.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Câmara dos Deputados, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para apresentar Planilha por ela elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, a licitante vencedora será convocada a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Câmara dos Deputados, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora. Será admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, no sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que esse é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13. Concluídos os procedimentos descritos neste Título, o Pregoeiro anunciará o resultado do julgamento da proposta.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

7.14. No caso de não aceitação da proposta, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance imediatamente subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da LEI.

8.2. A habilitação da licitante será verificada pelo Pregoeiro por meio do SICAF (habilitação parcial), nos documentos por ele abrangidos e da documentação anexada ao sistema eletrônico pela licitante.

8.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.4. Caso solicitado, os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.

8.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.5.1. Na hipótese de a licitante vencedora ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ARP, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n. 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.6. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11 da LEI e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.6.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para as licitantes individuais.

8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na LEI.

8.8. Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da LEI.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

8.9. Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.10. A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.11. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, caso não haja outro meio de verificação das informações.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação da licitante.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação.

8.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação à licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas da licitante mais bem classificada.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todas as licitantes.

8.14.3. Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados, em até 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação, para:

- a) Aferição das condições de habilitação da licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pela licitante;
- d) Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.14.3.1. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida à licitante, implicando sua inabilitação.

8.15. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo fixado.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda às exigências deste Edital, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.18. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para a regularização da documentação, o pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, contado:

- a) da divulgação do resultado, quando não houver inversão de fases; ou
- b) da fase de habilitação, quando houver inversão de fases.

8.18.1. Poderá ser concedida prorrogação do prazo previsto neste tópico, por igual período, a critério da Câmara dos Deputados, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.18.2. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da LEI.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- c) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da LEI, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento;
- d) a apreciação dar-se-á em fase única.

9.4. O Pregoeiro estabelecerá o prazo para manifestação pela intenção de interpor recurso, que não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelas demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso.

9.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.11. Será assegurado às licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.12. Em caso de não ser aceita a manifestação quanto à intenção de recurso, por falta de fundamentação, ou se não ocorrerem manifestações formais no sentido de interpor recurso, caberá ao Pregoeiro encerrar a sessão de julgamento/habilitação.

9.13. O Pregoeiro encaminhará o processo devidamente instruído à autoridade competente e proporá a adjudicação do objeto e a homologação do procedimento licitatório.

9.14. Para os fins deste Título, considera-se autoridade competente o Diretor-Geral.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e de ampla defesa, respeitando os princípios da legalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade e da indisponibilidade e supremacia do interesse público, conforme o disposto na LEI e no REGULAMENTO.

10.2. Para efeito deste Título, equipara-se a contrato qualquer outro ajuste firmado pela Câmara dos Deputados, ainda que com outras denominações, que estabeleça obrigações de dar, fazer, entregar, entre outras admitidas em direito, que preveja a aplicação de sanções.

10.3. Comete infração a licitante que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
- b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
 - i. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - ii. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - iii. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou
 - iv. deixar de apresentar amostra/realizar Prova de Conceito, quando exigido;
- c) não celebrar o contrato, não apresentar o seguro-garantia, quando for o caso, ou não entregar documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - i. recusar-se, sem justificativa aceita pela Administração, a assinar o contrato e/ou a ARP, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido neste Edital, o que configurará inexecução total do contrato;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- e) fraudar a licitação;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - i. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - ii. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - iii. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

10.4. A Câmara dos Deputados poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
 - i. moratória;
 - ii. compensatória;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta, em âmbito nacional, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Câmara dos Deputados, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. A **multa** será em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado do contrato ou do valor estimado correspondente a 12 (doze) meses do contrato, se o objeto for de natureza continuada.

10.7. Todas as sanções previstas neste Título poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

10.8. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** com a União será proposta em decorrência das infrações relacionadas nas alíneas “a” a “c” do item 10.3 deste Título, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta, em âmbito nacional**, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas “d” a “h” do item 10.3 deste Título, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a” a “c” que justifiquem a imposição de penalidade mais gravosa.

10.10. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o contrato ou a ARP, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

Administração, descrita na alínea “c” do item 10.3 deste Título, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará a Adjudicatária à multa de 30% (trinta por cento) do valor total da adjudicação, instaurando processo para apuração de responsabilidade, do qual poderá resultar no impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 3 (três) anos, bem como na imediata perda da garantia de proposta em favor da Câmara dos Deputados, quando for o caso.

10.11. No processamento das sanções, primeiro serão consideradas as circunstâncias atenuantes seguidas das agravantes.

10.12. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Câmara dos Deputados.

10.13. As circunstâncias consideradas atenuantes e agravantes, bem como as hipóteses de reabilitação e da desconsideração da personalidade jurídica estão dispostas no REGULAMENTO.

10.14. Para a garantia da ampla defesa e do contraditório das licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.14.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.15. Demais sanções administrativas estão previstas na Minuta do Termo de Contrato anexa.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Em caso de divergência entre disposições deste Edital, demais peças que compõem o processo ou especificações descritas no sistema eletrônico, prevalecerão as deste Edital.

11.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.3. Todas as referências de tempo contidas neste Edital observarão o horário de Brasília-DF.

11.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

11.6. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Câmara dos Deputados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

11.7. Os prazos referidos neste Edital começam a fluir a partir do termo inicial preestabelecido, ou da intimação formal realizada pela Câmara dos Deputados.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. A homologação do resultado do Pregão em epígrafe não implicará direito à contratação.

11.10. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Câmara dos Deputados não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.11. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação; e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

11.11.1. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

11.11.2. No caso de desfazimento do procedimento licitatório fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.12. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, interpretando as normas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação, vedada a inclusão posterior de documentação ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou de seus anexos.

11.13. Quando do julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e de habilitação.

11.14. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente certame serão resolvidos pelo Pregoeiro.

11.15. Endereço da Câmara dos Deputados: Comissão Permanente de Contratações - Secretaria Executiva da Comissão Permanente de Contratações - Edifício Anexo I, 14º andar, sala 1406. Praça dos Três Poderes. Brasília – DF. CEP: 70160-900.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

11.16. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Câmara dos Deputados: 00.530.352/0001-59.

11.17. Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).

11.18. O Edital está disponível, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) www.gov.br/pncp/pt-br e no endereço eletrônico da Câmara dos Deputados www.camara.leg.br/licitacoes-e-contratos/licitacoes?search=.

11.19. Telefone para contato em caso de dúvidas ou problemas técnicos relacionados à utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas: 0800-978-9001.

11.20. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO 1 – Termo de Referência;
- b) ANEXO 1-A – Memorial Descritivo;
- c) ANEXO 2 – Modelo da Proposta;
- d) ANEXO 3 – Minuta do Termo de Contrato;
- e) ANEXO 4 – Modelo da Ordem de Serviço;
- f) ANEXO 5 – A, B e C – Modelo do Termo de Vistoria; Modelo de Ateste sobre conhecimento do local e das condições de realização dos serviços e Modelo de Declaração sobre conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;
- g) ANEXO 6 – Orçamento Estimado;
- h) ANEXO 6-A – Notas Explicativas;
- i) ANEXO 7 – Da Proteção de Dados Pessoais;
- j) ANEXO 8 – Projeto Ar Condicionado;
- k) ANEXO 9 – Cronograma Físico-Financeiro;
- l) ANEXO 10 – Relação de Profissionais Indicados.

12. DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, para decidir demandas judiciais decorrentes deste procedimento licitatório.

Brasília, 29 de abril de 2026.

(Assinado eletronicamente)

Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro

Página 26 | 114

(Processo Administrativo 1530433/2023)



ANEXO 1
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Objeto

1.1. Prestação de serviços de implementação de sistema de ar-condicionado baseado em condicionadores de ar do tipo “Splitão”, envolvendo fornecimento de materiais e equipamentos, novos e para primeiro uso; montagem, instalação, colocação em operação, balanceamento e testes; treinamento; manutenção e operação do novo sistema até a sua entrega definitiva, com garantia de funcionamento pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

1.1.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

Especificações Técnicas

ITEM ÚNICO	INSTALAÇÃO/MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE AR CONDICIONADO
------------	---

MARCAS/MODELOS DE REFERÊNCIA: são apresentados marcas e modelos de referência para os diversos materiais e equipamentos que compõem o escopo de fornecimento descrito neste Termo de Referência.

DESCRIÇÃO: contratação de empresa especializada para instalação de sistema de ar condicionado no Parque Gráfico da Câmara dos Deputados, conforme especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.

APLICAÇÃO: renovação e climatização de ar para o ambiente do Parque Gráfico, com o intuito de melhorar as condições ambientais para os usuários e equipamentos.

CARACTERÍSTICAS: os serviços incluem o fornecimento e a instalação de 2 (dois) equipamentos de ar condicionado do tipo “Splitão”, de 1 (um) gabinete de ventilação, além de dutos, difusores, grelhas de ventilação e demais componentes e acessórios para colocar o sistema em operação, conforme detalhado no projeto e no Anexo 1-A.

GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

1.1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no sistema eletrônico (*Comprasnet*) e as especificações constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as deste Termo de Referência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

Formalização da contratação

1.2. Para assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato ou instrumento equivalente.

1.2.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

1.3. A formalização da contratação se dará por meio de instrumento de contrato, na forma do disposto no artigo 95 da Lei.

1.3.1. O Contrato, cujos termos constam da minuta anexa (Minuta do Termo de Contrato), deverá ser assinado pela(s) Adjudicatária(s) do presente Pregão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da sua notificação.

1.3.1.1. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela Adjudicatária durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara dos Deputados.

1.3.2. Para a assinatura do contrato, a Adjudicatária apresentará à Câmara dos Deputados:

- a) O nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las à Unidade Responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com os números de telefone e o e-mail que serão utilizados para contato e para o envio da Ordem de Serviço;
- b) (caso não tenha sido apresentada durante a licitação): A comprovação do vínculo dos profissionais indicados com a Adjudicatária, conforme item 8.11 deste Termo de Referência, por meio da apresentação de original ou cópia autenticada de:
 - i. CTPS ou registro do empregado, quando o vínculo for de natureza trabalhista;
 - ii. Estatuto ou Contrato Social quando o vínculo for societário;
 - iii. Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil, quando o vínculo for contratual.

1.3.2.1. Qualquer alteração dos dados fornecidos deverá ser formalmente comunicada à Unidade Responsável.

1.3.2.2. O(s) profissional(is) indicado(s) pela Adjudicatária deverá(ão) participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que, prévia e formalmente aprovada pela Administração.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

1.3.3. Será facultado à Câmara dos Deputados, quando a convocada não assinar o Termo de Contrato no prazo e nas condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pela licitante vencedora.

1.3.3.1. Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos deste tópico, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da Adjudicatária;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

1.3.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades estabelecidas no Edital.

1.3.4.1. O disposto neste tópico não se aplicará às licitantes remanescentes convocadas na forma da alínea "a" do subitem anterior.

Vigência da contratação

1.4. O prazo de vigência da contratação será de **23 (vinte e três) meses**, contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da LEI.

1.5. A minuta do Termo de Contrato anexa oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação visa à instalação de um sistema de climatização no Parque Gráfico da Câmara dos Deputados, medida essencial para garantir condições ambientais adequadas às atividades ali desenvolvidas.

2.1.1. A ausência de controle de temperatura compromete não apenas o funcionamento ideal dos equipamentos gráficos, que são sensíveis a variações térmicas, mas principalmente o bem-estar e a segurança dos servidores que operam no local.

2.1.2. A exposição contínua a temperaturas elevadas no ambiente de trabalho representa um risco direto à saúde dos servidores, aumentando a probabilidade de estresse térmico, desidratação e mal-estar, fatores que podem comprometer a capacidade de concentração e execução segura das tarefas.

2.1.3. Além do impacto direto na saúde e no conforto, as condições térmicas adversas elevam significativamente o risco de acidentes de trabalho, uma



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

preocupação amplificada pelo fato de os servidores operarem maquinário de grande porte e alta complexidade.

2.1.4. Um ambiente com temperatura controlada é fundamental para manter os níveis de atenção e precisão necessários para a operação segura desses equipamentos, mitigando potenciais incidentes e garantindo a integridade física da equipe.

2.1.5. A climatização controlada não só assegurará um ambiente de trabalho mais seguro, salubre e produtivo para os servidores, em conformidade com princípios básicos de ergonomia e segurança laboral, mas também criará as condições ambientais estáveis necessárias para a operação eficiente, a preservação e a longevidade do parque tecnológico gráfico da Câmara dos Deputados.

2.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos está pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar constante do processo.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 da Câmara dos Deputados, conforme informações constantes do processo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. O objeto está pormenorizado neste Termo de Referência e a descrição da solução como um todo integra o Estudo Técnico Preliminar constante do processo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Deverá integrar a proposta declaração da licitante de que será responsável pelo descarte ambientalmente adequado de todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços contratados – incluindo consumíveis, peças substituídas, embalagens e demais materiais – em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente a Lei n. 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), a Lei n. 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a NBR 10.004 (classificação de resíduos sólidos).

4.1.2. A Contratada deverá garantir que os equipamentos instalados utilizem fluidos refrigerantes com baixo potencial de aquecimento global (GWP) e baixo ou nulo potencial de destruição da camada de ozônio (ODP), cujo atendimento deverá ser declarado na proposta, sem prejuízo da verificação posterior, pela fiscalização do contrato, da conformidade dos materiais e equipamentos efetivamente fornecidos.



Documentação complementar

4.2. Na forma de documentação complementar, o Pregoeiro poderá solicitar catálogos ou informações do fabricante que comprovem a perfeita adequação do objeto ofertado às exigências constantes deste Termo de Referência.

4.2.1. A indicação do endereço do sítio eletrônico do fabricante referente à documentação técnica apresentada poderá ser aceita, como alternativa, para fins de averiguação das especificações do objeto, desde que o *link* indicado direcione especificamente para o produto ofertado, sendo vedado *link* que forneça apenas a página inicial do sítio eletrônico do fabricante.

4.3. Deverão integrar a proposta as seguintes declarações:

- a) declaração da licitante de que disponibilizará instalações, equipamentos e pessoal técnico adequados para realização do objeto da presente licitação;
- b) declaração da licitante de que informará os preços unitários dos equipamentos, das peças e dos demais componentes que integram o objeto da licitação sempre que solicitado pela Câmara dos Deputados, para fins de registro patrimonial;
- c) declaração da licitante de que os equipamentos ofertados, caso necessário, receberão atendimento de garantia na rede de assistência autorizada pelo fabricante;
- d) declaração da licitante de que o objeto ofertado segue todas as prescrições técnicas contidas nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

4.4. A licitante deverá, ainda, indicar em sua proposta, obrigatoriamente, os fabricantes e modelos para todos os equipamentos ofertados.

Indicação de marcas e modelos

4.5. Marcas de Referência

4.5.1. Para fins de especificação adequada do objeto, foram indicadas marcas e modelos referenciais, de caráter meramente indicativo, podendo ser aceita qualquer outra que atenda integralmente às especificações técnicas do objeto.

Apresentação de Amostras

4.6. Não se exigirá apresentação de amostra para o(s) produto(s) ofertado(s).

Subcontratação

4.7. Não será admitida a subcontratação para execução do objeto contratual.



Garantia de execução do contrato

4.8. Não haverá exigência de garantia de execução do contrato de que tratam os artigos 96 e seguintes da LEI.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A entrega e instalação dos equipamentos e prestação dos serviços deverá ser efetuada mediante Ordem de Serviço, a ser enviada por e-mail, conforme modelo anexo.

5.2. A Ordem de Serviço será emitida pela Unidade Responsável em até 120 (cento e vinte) dias, contados da data da assinatura do Contrato.

5.2.1. A Unidade Responsável deverá confirmar o recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada, imediatamente após o envio.

5.3. O prazo de entrega e instalação dos equipamentos e execução dos serviços será o constante da proposta da Contratada, que não poderá ser superior a 200 (duzentos) dias, contados da data da confirmação do recebimento da Ordem de Serviço.

5.3.1. A entrega dos equipamentos e materiais e a execução dos serviços obedecerão aos prazos máximos e às etapas sugeridas no Cronograma Físico-Financeiro constante do Anexo 9 ou no cronograma sugerido pela Contratada e aprovado pela Contratante.

5.3.2. É facultado à Contratada apresentar à Contratante, no prazo de **5 (cinco)** dias, contados da data da confirmação do recebimento da Ordem de Serviço, para aprovação da Contratante, Cronograma Físico-Financeiro diverso daquele previsto no Anexo 9, que deverá guardar exequibilidade, segundo as boas técnicas de engenharia; e, uma vez aprovado pela Fiscalização, será considerado o Cronograma Físico-Financeiro do contrato.

5.3.2.1. Qualquer alteração dependerá da anuência prévia da Unidade Responsável.

5.3.2.2. Uma vez aceito pela Contratante, o Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela Contratada servirá de referência para acompanhamento da correta execução contratual.

5.4. Caso não seja possível a entrega e instalação dos equipamentos e/ou a execução dos serviços na data assinalada, a Contratada deverá apresentar à Contratante pedido formal de prorrogação do prazo de execução, de forma tempestiva, ou seja, antes de esgotado o prazo em que o serviço deveria ter sido realizado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

5.4.1. A Contratada deverá informar o novo prazo em que os serviços serão realizados, não sendo admitidos pedidos que apenas citem genericamente a necessidade de mais prazo.

5.4.2. A Contratada deverá justificar a impossibilidade de cumprimento do prazo e apresentar os respectivos documentos comprobatórios.

5.4.3. Caso o pedido seja motivado por fatos ou atos atribuídos a fornecedores ou outros terceiros, é necessário que as declarações do fornecedor e demais documentos comprobatórios sejam contemporâneos à sua ocorrência.

5.4.4. Em caso de intempestividade ou indeferimento do pedido, a Contratada ficará constituída em mora sendo-lhe aplicáveis as multas e demais sanções previstas no Contrato.

5.5. A Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data de confirmação do recebimento da Ordem de Serviço, fornecerá à Unidade Responsável a relação nominal dos empregados que prestarão os serviços, além da confirmação do nome do responsável informado para a assinatura do contrato, que acompanhará a obra e que servirá de preposto.

5.5.1. Qualquer alteração dos dados fornecidos deverá ser formalmente comunicada à Unidade Responsável.

5.6. O Encarregado Geral deverá permanecer na obra durante a execução dos serviços e o Engenheiro Mecânico da Contratada deverá comparecer à obra por, no mínimo, 2 (duas) horas ininterruptas por dia, ou sempre que a Fiscalização solicitar, para acompanhar as instalações e manter contato com a equipe da Contratante.

5.6.1. O Engenheiro Mecânico da Contratada deverá estar presente, também, durante todas as atividades de *Startup*, testes e balanceamento dos equipamentos.

5.7. **Local de execução dos serviços:** Parque Gráfico da Câmara dos Deputados, localizado no Complexo Avançado da Câmara dos Deputados, Via N3, projeção "L", Setor de Garagens Ministeriais Norte, em Brasília-DF.

5.8. **Dia/Horário** de instalação dos sistemas e equipamentos: predominantemente em dias de expediente normal da Contratante, das 8h às 18h.

5.8.1. Os serviços que, eventualmente, não possam ser realizados em horário comercial por razões diversas deverão, mediante aprovação da Fiscalização, ser realizados à noite ou aos finais de semana, sem incidência de custos adicionais para a Contratante.

5.9. Caso o objeto ofertado seja importado, a Câmara dos Deputados poderá solicitar à Contratada, por ocasião da entrega do objeto e juntamente com a nota fiscal, fatura ou documento idôneo equivalente, comprovação da origem dos bens ofertados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de não recebimento do objeto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

5.10. A comprovação das características técnicas dos equipamentos, componentes e materiais será efetuada pela Fiscalização.

5.11. Todos os equipamentos, componentes e materiais reprovados pela Fiscalização durante a execução, a instalação, o startup, o comissionamento e o período de testes para recebimento deverão ser corrigidos ou substituídos pela Contratada, sem ônus adicional para a Contratante, observados o prazo e as condições de recebimento definitivo previstos no Título 7 deste Termo de Referência, inclusive quanto ao reinício da contagem do período mínimo de funcionamento ininterrupto quando a falha comprometer o desempenho do sistema.

5.12. Todos os projetos e serviços elétricos necessários à execução do objeto serão realizados pela Contratada, de acordo com as especificações deste Termo de Referência e do Anexo 1-A, sem custos adicionais para a Contratante.

5.13. Os serviços de construção civil necessários para adequar os ambientes para a instalação dos sistemas de ar condicionado e renovação de ar, tais como execução de furos em alvenarias e esquadrias, demolição e recomposição de gesso e pintura de tetos, paredes e divisórias, serão executados pela Contratada, a qual deverá consultar a equipe de fiscalização em relação à aprovação da forma e padrão de execução destes serviços.

5.14. A presença da Unidade Responsável durante a execução dos serviços e obras, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a Contratada, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, na forma da legislação em vigor.

5.15. A Unidade Responsável poderá realizar, durante a execução dos serviços de instalação pela Contratada, inspeções nos equipamentos e nas instalações, que serão relatadas à Contratada, por intermédio do Mapa de Vistoria Técnica, para sanar as pendências nele identificadas no prazo máximo determinado.

5.16. Caberá à Contratada o fornecimento e a montagem de todos os equipamentos e materiais necessários para a perfeita conclusão dos itens previstos no objeto do contrato, bem como a colocação em operação, o balanceamento, os testes, a manutenção e operação do sistema até a sua entrega definitiva, responsabilizando-se totalmente pelo funcionamento dentro das condições especificadas em projeto. Também deverão estar inclusos no fornecimento previsto nesta especificação, os seguintes itens:

- a) Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelo projeto e execução do sistema junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada;
- b) Fornecimento dos equipamentos e materiais necessários, incluindo a embalagem adequada, seguro e transporte horizontal e vertical até o local da instalação;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

- c) Fornecimento de ferramental especial necessário à montagem, incluindo sua entrega no canteiro da obra, colocação em serviço e manutenção total, com fornecimento de peças que eventualmente sejam danificadas;
- d) Fornecimento de mão de obra de profissionais especializados e capacitados, incluindo, ao menos, 1 (um) Engenheiro Mecânico, a fim de supervisionar os serviços de montagem e instalação, startup, testes, balanceamento e entrega definitiva das instalações em operação normal;
- e) Adequação dos locais de instalação para que possam receber adequadamente os equipamentos e demais componentes das instalações, em atendimento aos requisitos de projeto, exigências dos fabricantes e boas práticas da indústria;
- f) Adequação das dimensões e encaminhamento dos dutos e tubulações às condições e características reais existentes na obra, sanando eventuais interferências;
- g) Adequação do cronograma de instalações aos desafios impostos pela execução, em atendimento às necessidades da Fiscalização, contribuindo, assim, para o bom andamento dos serviços;
- h) Execução de ensaios de inspeção, testes e balanceamento, incluindo o ferramental e aparelhos necessários à execução;
- i) Garantia contra defeitos de fabricação ou instalação indevida para os sistemas instalados por um período de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo, conforme exigências previstas neste Termo de Referência.

5.17. Inspeções e Testes de Operação

5.17.1. As instalações deverão ser devidamente testadas, antes de sua aceitação, de modo a se situarem o mais próximo possível dos valores definidos em projeto.

5.17.2. A Contratada providenciará todos os testes e inspeções nos sistemas e equipamentos instalados. Para tanto, providenciará todo o pessoal, instrumentação e meios para a realização da tarefa. Além disso, todos os testes deverão ser acompanhados por fiscais da Contratante.

5.17.3. Serão aplicadas as normas correspondentes, bem como verificadas todas as características de funcionamento exigidas nas especificações técnicas e nos desenhos de catálogos dos equipamentos e/ou de seus componentes. Será verificado se todos os componentes (mecânicos ou elétricos) dos equipamentos trabalham nas condições normais de operação, definida naqueles documentos ou em normas técnicas aplicáveis. Será verificado o perfeito funcionamento de todos os dispositivos de comando, proteção e sinalização.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

5.17.4. A substituição, revisão e/ou acréscimo de quaisquer elementos dos sistemas para alcançar o correto funcionamento da instalação será efetuada sem qualquer custo adicional. Todos os instrumentos utilizados para os testes e balanceamento dos sistemas deverão ser calibrados e aferidos.

5.18. Testes da rede de dutos de ar condicionado

5.18.1. Ao longo da montagem, a Contratada deverá realizar teste de estanqueidade da rede de dutos, verificando não haver problema na montagem de cada uma das juntas transversais, pressurizando o trecho com pressão compatível com a do ventilador conectado pelo início do sistema.

5.18.2. Após a montagem, a Contratada deverá realizar teste de estanqueidade da rede de dutos, de acordo com a norma DW143 da HVCA (Heating Ventilating Contractors Association), sendo que esses deverão ser sempre executados na presença da fiscalização e de seu preposto, para fins de validação. Para aprovação da rede, os vazamentos em toda extensão da rede devem ser inferiores a 5% da vazão total de ar da rede.

5.18.3. A rede de dutos de insuflamento deverá ser devidamente balanceada por meio do ajuste dos registros de vazão de todos os difusores instalados, visando equalizar a vazão de ar em todos os dispositivos. Os procedimentos para balanceamento deverão atender às normas técnicas em vigor e serem aprovados pela equipe de fiscalização, que deverá estar presente para acompanhamento e validação. Após realização do serviço, deverá ser emitido relatório com a vazão medida por difusor, bem como a posição de ajuste de cada registro.

5.19. *Startup* e testes de operação

5.19.1. Deverão ser efetuados os testes de funcionamento e desempenho das instalações, compreendendo, no mínimo:

- a) Testes de operação dos equipamentos de climatização e renovação;
- b) Verificação do funcionamento de toda a instrumentação e controle de operação dos equipamentos, incluindo os dispositivos de segurança;
- c) Medição e registro de vazão de ar nos difusores de insuflamento para avaliar se os parâmetros de projeto foram alcançados;
- d) Medição e registro dos níveis de ruído no interior e nas adjacências da casa de máquinas das evaporadoras;
- e) Medição e registro de tensão e corrente de todos os motores elétricos e compressores.

5.20. Documentação Técnica e Treinamento

5.20.1. Após o término da instalação, a Contratada deverá fornecer, em 2 (duas) vias impressas e em versão digital, a seguinte documentação:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

- a) Projeto atualizado (as-built) da instalação, com versão digital em formato dwg (AutoCAD 2015 ou superior, conforme orientado pela Fiscalização) e versão impressa em papel com tamanho e escala compatíveis;
- b) Relatório de Startup, comissionamento, testes e balanceamento dos sistemas, com registro dos parâmetros físicos medidos durante o período de avaliação para recebimento;
- c) Diagramas elétricos, que deverão vir com uma via à parte, fixada em cada quadro respectivo;
- d) Lista de todos os equipamentos instalados, incluindo tabelas com suas características básicas e dados obtidos nos testes e ensaios realizados;
- e) Manuais de instalação, operação e manutenção de todos os equipamentos instalados.

5.21. Treinamento

5.22. Deverá ser ministrado treinamento com carga horária mínima de 4 (quatro) horas, para até 20 (vinte) pessoas, para que sejam apresentadas as rotinas de operação e manutenção dos equipamentos, incluindo análises e diagnósticos de falhas e providências a serem tomadas em caso de emergência.

5.23. Manejo de materiais e resíduos

5.23.1. A Contratada manterá organizadas, limpas e em bom estado de higiene as instalações do canteiro de obras, da casa de máquinas, das vias de circulação, passagens e das escadarias, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.

5.23.2. A Contratada deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.

5.23.3. Todos os resíduos e materiais inservíveis provenientes dos serviços de substituição, instalação e manutenção ora especificados, incluindo lubrificantes, serão descartados pela Contratada conforme a legislação ambiental Distrital e Federal.

5.23.4. A retirada de materiais e equipamentos oriundos de demolição ou remoção deverá ser realizada apenas com a prévia anuência da Unidade Responsável e de acordo com suas instruções.

5.24. Higiene e Segurança no Trabalho

5.24.1. A Contratada será responsável pelo cumprimento das normas de higiene e segurança do trabalho por parte de seus empregados nas atividades realizadas nas dependências da Câmara dos Deputados, observado o disposto no item 10.6 e subitens da minuta de Termo de Contrato anexa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

5.24.2. Todos os serviços deverão ser realizados de acordo com as normas técnicas e de segurança vigentes.

5.24.3. A Unidade Responsável realizará inspeções periódicas no canteiro de serviço, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.25. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Garantia, Manutenção e Assistência técnica

5.26. O prazo de garantia dos materiais, equipamentos e serviços será o constante da proposta da Contratada, que não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.

5.27. Os serviços de garantia consistem nos procedimentos destinados a recolocar o sistema em seu perfeito estado de funcionamento.

5.28. A garantia cobrirá quaisquer defeitos provenientes de erros ou omissões da Contratada, em especial decorrentes de erros de matéria prima, de fabricação, de montagem e de coordenação entre serviços técnicos e administrativos, e exclui danos ou defeitos resultantes do uso anormal dos equipamentos e de outras razões fora do controle da Contratada.

5.29. Com a finalidade de reparação dos defeitos, a Contratante, a seu critério, colocará à disposição da Contratada as instalações que julgar necessárias para o pronto reparo.

5.30. A garantia, em nenhuma hipótese, será alterada e/ou diminuída, sendo que quaisquer aprovações de desenhos, fiscalizações ou inspeções exercidas pela Contratante não elidirão a total e exclusiva responsabilidade da Contratada pela perfeita qualidade dos serviços de instalação dos materiais e equipamentos por ela prestados e fornecidos.

5.31. Durante o prazo de garantia, a Contratada deverá prestar serviços de manutenção corretiva, sob demanda, bem como reparar ou substituir peças e componentes que apresentarem defeitos de fabricação ou divergências com as especificações técnicas, independentemente de ser ou não a fabricante, sem ônus adicionais para a Contratante.

5.32. Os serviços de garantia serão solicitados por meio de abertura de chamado técnico pela Contratante, a ser enviado à Contratada por e-mail.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

5.32.1. A confirmação do recebimento da solicitação pela Contratada deverá ser obtida pela Câmara dos Deputados imediatamente após o envio.

5.33. O prazo para atendimento da solicitação será de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas do dia e da hora da confirmação do recebimento da solicitação.

5.33.1. Poderá ser concedida prorrogação do prazo, a critério da Unidade Responsável, quando requerida pela Contratada dentro do prazo originalmente estabelecido, mediante apresentação de justificativa.

5.34. A Contratada deverá utilizar componentes novos, de primeiro uso, originais dos fabricantes ou de fornecedores por esses autorizados.

5.35. Caso haja necessidade de retirada de peças ou componentes das dependências da Contratante para reparo ou substituição, será necessária autorização de saída emitida pela Coordenação de Patrimônio do Departamento de Material e Patrimônio, a ser concedida ao funcionário da Contratada, formalmente identificado.

5.35.1. A autorização de saída, instrumento indispensável à retirada de peças ou componentes, será solicitada pela Contratante.

5.35.2. A Contratada ficará obrigada a comunicar formalmente a devolução de peça ou componente retirado(a) das dependências da Contratante para reparo.

5.35.3. As peças e componentes defeituosos substituídos deverão ser entregues à Unidade Responsável.

5.36. A Contratada deverá apresentar laudo técnico informando os defeitos verificados nos serviços de manutenção, as possíveis causas e as soluções adotadas.

5.36.1. O laudo técnico deverá ser assinado por responsável técnico da Contratada e entregue à Unidade Responsável quando da finalização dos serviços, para qualquer evento de manutenção corretiva.

5.37. Caso a Contratada não atenda aos prazos dispostos neste Título para prestação de serviços de manutenção em garantia, a Câmara dos Deputados poderá, a seu exclusivo critério, substituir ou corrigir as peças ou os componentes que apresentarem defeito, executando a garantia prestada pela Contratada até o limite do custo dos procedimentos adotados, permanecendo esta, para todos os fins, como responsável pelo perfeito desempenho dessas peças e/ou componentes durante o período de garantia, sem prejuízo das sanções previstas.

5.38. A Contratante poderá efetuar a configuração, desconexão e conexão dos equipamentos a outros, bem como adicionar componentes compatíveis tecnicamente, sem prejuízo das condições de garantia previstas neste Termo de Referência, facultado o acompanhamento de tais atividades pela Contratada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

5.39. Os equipamentos ofertados deverão contar com o atendimento de garantia na rede de assistência autorizada pelo fabricante, caso seja necessário.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Disposições Gerais

6.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da LEI, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Após a assinatura do Contrato, a Contratante poderá convocar representante da Contratada para reunião inicial com vistas à apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.3. As atividades de gestão e fiscalização serão executadas de acordo com a Portaria n. 295, de 2023 da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados.

Responsáveis pela gestão da contratação

6.4. Unidade Responsável: Departamento Técnico.

6.5. Subunidade Gestora do Contrato: Coordenação de Engenharia de Equipamentos (CEQUI), localizada no Edifício Anexo I, 19º andar, Câmara dos Deputados, Brasília - DF.

6.6. O titular da Unidade Responsável designará o gestor do Contrato e o fiscal técnico, os respectivos substitutos e os assistentes de fiscalização, bem como, se for o caso, os demais servidores que participarão do recebimento definitivo do objeto contratual.

6.7. Caberá ao Gestor, dentre outras atribuições:

- a) Coordenar as atividades dos fiscais no exercício de suas atribuições;
- b) Promover, em conjunto com o Fiscal Técnico, considerada a complexidade do objeto, reunião de alinhamento de entendimentos e de expectativas, antes do início da execução contratual e reunião de encerramento das atividades, antes da extinção do Contrato, para solucionar pendências e garantir a regular transferência do objeto para outra empresa, se for o caso;
- c) Decidir sobre solicitações da Contratada, nos limites de suas atribuições;
- d) Solicitar à Contratada a substituição de empregado ou preposto e, quando assim exigir o Contrato, aprovar, previamente, substituição feita por iniciativa da Contratada;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

- e) Encaminhar, para conhecimento e providências do titular da Unidade Responsável, questões relevantes que não puder solucionar por motivos técnicos ou legais;
 - f) Verificar periodicamente a necessidade de manutenção ou alteração do Contrato, bem como apresentar proposta de sua rescisão ou alteração;
 - g) Acompanhar o trâmite dos processos administrativos para alteração, prorrogação e rescisão do Contrato;
 - h) Comunicar tempestivamente à unidade administrativa competente situação que possa impedir a manutenção ou a eventual prorrogação do instrumento contratual;
 - i) Coordenar o encaminhamento, à unidade administrativa competente, de informações necessárias para a formalização dos procedimentos que envolvam prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outros;
 - j) Participar do recebimento do objeto do contrato, quando for o caso.
- 6.8. Caberá ao Fiscal Técnico, dentre outras atribuições:
- a) Elaborar e manter atualizado o Plano de Fiscalização;
 - b) Orientar, no caso de dúvidas técnicas apresentadas pela Contratada, sobre os procedimentos a serem adotados e documentar os entendimentos relevantes com a Contratada ou seu preposto;
 - c) Acompanhar o cumprimento do cronograma de execução e dos prazos previstos no Contrato para a entrega de documentos, bens e serviços, acessórios e principais;
 - d) Determinar à Contratada a regularização de falhas ou de defeitos observados, assinalando o prazo para correção;
 - e) Coletar, aprovar e manter comprovação de capacidade técnica profissional eventualmente exigida da Contratada, bem como outros documentos que devam ser apresentados somente após o encerramento da fase de licitação;
 - f) Relatar, por meio de nota técnica ao Gestor, a inobservância de cláusulas contratuais ou ocorrências relevantes que possam trazer dificuldades, atrasos, defeitos e prejuízos à execução da avença, em especial os que ensejem a aplicação de penalidades;
 - g) Comunicar ao Gestor a eventual necessidade de acréscimos ou supressões de serviços, materiais ou equipamentos, devidamente justificada;
 - h) Comunicar ao Gestor qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Câmara dos Deputados ou de terceiros, por ação ou omissão dos empregados



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

da Contratada ou de seus prepostos, inclusive em razão da execução do contrato;

- i) Acompanhar os prazos de execução do objeto e de vigência do Contrato e manifestar-se tempestivamente, por meio de nota técnica ao Gestor, quanto à necessidade de alteração de prazos, prorrogação ou rescisão do Contrato, anexando, quando for o caso, documentação comprobatória;
- j) Receber o objeto do Contrato.

6.9. As reuniões promovidas pelo Fiscal Técnico com o preposto da Contratada de que resultem decisões relevantes ou cujo assunto possa gerar implicações administrativas deverão ser registradas em ata sucinta e submetidas ao Gestor.

6.10. As comunicações e as determinações relevantes do Fiscal Técnico do Contrato à Contratada serão registradas por escrito, preferencialmente realizadas por e-mail, admitida, em caráter de urgência, comunicação verbal ou por outros meios eletrônicos de comunicação, que deverá, assim que possível, ser reduzida a termo.

6.11. O registro das ocorrências, as comunicações entre as partes e os demais documentos relevantes relacionados à execução do objeto do Contrato constarão de processo eletrônico específico criado, organizado e mantido pela fiscalização, referenciado ao processo de que trata a contratação.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Condições especiais de recebimento

7.1.1. O *Startup* e o acompanhamento dos testes dos sistemas instalados deverão ser realizados pelo fabricante dos equipamentos ou por empresa credenciada por este, com emissão de relatório devidamente assinado.

7.1.2. Os equipamentos ficarão em teste de disponibilidade por um período mínimo de **30 (trinta) dias**, para que todos os parâmetros sejam monitorados e verificados. Durante esse período, deverão ser realizados todos os procedimentos necessários para que os parâmetros medidos permaneçam dentro dos limites estabelecidos nas especificações técnicas.

7.1.3. O recebimento definitivo se dará necessariamente após, pelo menos, **30 (trinta) dias** de funcionamento ininterrupto dos sistemas, desde que os parâmetros medidos estejam dentro dos limites estabelecidos, os equipamentos estejam funcionando adequadamente e os dispositivos de controle estejam operando.

7.1.3.1. Serão consideradas falhas quaisquer tipos de problemas que interrompam e/ou comprometam o perfeito funcionamento do sistema, tais como:

- i. defeito nos equipamentos, acessórios e instrumentos etc.;
- ii. defeitos funcionais;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

iii. defeitos de cabos e conexões;

iv. defeitos de instalação.

7.1.4. No caso de falha, a fiscalização notificará imediatamente a Contratada, que deverá analisar o problema e tomar as providências necessárias para sua solução.

7.1.5. A Contratada deverá apresentar, ao término desses serviços, os seguintes documentos, que farão parte integrante dos exigidos para o recebimento definitivo:

a) Relatório completo dos testes;

b) Jogo completo dos desenhos, assinalando os pontos onde foram efetuados os testes e balanceamentos.

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, contado da conclusão da instalação e do startup inicial dos sistemas, pelo Fiscal Técnico e pelo Gestor do Contrato, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.3. Os serviços serão recebidos definitivamente por servidor ou comissão designados pelo titular da Unidade Responsável, no prazo de **20 (vinte) dias**, contado do término do período mínimo de funcionamento ininterrupto e sem falhas dos sistemas, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. A nota fiscal, a fatura ou o documento idôneo equivalente deverá ser atestado pelo Fiscal Técnico.

7.6. Por ocasião do ateste da nota fiscal, fatura ou do documento idôneo equivalente, o Fiscal Técnico deverá verificar a regularidade previdenciária, fiscal e trabalhista da Contratada, por meio das seguintes certidões:

a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF);

b) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.6.1. As certidões acima mencionadas poderão ser substituídas por consulta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), em que fique demonstrada a situação da Contratada junto à Receita Federal e à Procuradoria da Fazenda Nacional, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Justiça do Trabalho.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

7.6.2. Eventual situação irregular da Contratada não constitui óbice para a continuidade do processo de pagamento, podendo configurar infração contratual, que deve ser comunicada em processo específico à unidade administrativa competente.

7.7. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o exigido neste Termo de Referência e/ou no Contrato.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da LEI, comunicando-se à Contratada para emissão de nota fiscal, fatura ou documento idôneo equivalente, referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, fatura ou do documento idôneo equivalente, verificadas pela Contratante durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7.12. As atribuições definidas neste tópico não afastam as competências específicas conferidas por normas internas a unidades da estrutura da Câmara dos Deputados.

Prazo e forma de pagamento

7.13. O objeto será pago por meio de depósito em conta corrente da Contratada, em agência bancária indicada, mediante a apresentação de nota fiscal, fatura ou documento idôneo equivalente discriminados, após atestação pela Contratante, de acordo com os percentuais de pagamento estabelecidos no cronograma físico-financeiro constante do Anexo 9 ou em outro cronograma apresentado pela Contratada e aprovado pela Contratante, aplicados sobre o valor total do contrato, conforme a etapa executada e aceita.

7.13.1. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal, fatura ou no documento idôneo equivalente.

7.13.2. A nota fiscal, fatura ou o documento idôneo deverão indicar como destinatário/tomador o CNPJ 00.530.352/0001-59, da Câmara dos Deputados, independentemente da unidade orçamentária emissora da Nota de Empenho.

7.13.3. O pagamento será feito com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados do aceite definitivo do objeto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

7.13.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.13.5. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), fornecido pelo IBGE, ou, caso esse índice venha a ser extinto, o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

7.13.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.13.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais previstos na legislação aplicável.

7.13.8. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e às contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.13.9. Estando a Contratada isenta (ou imune) de retenções previstas neste Título, a comprovação exigida pela legislação tributária vigente deverá ser anexada à respectiva nota fiscal, fatura ou ao respectivo documento idôneo equivalente.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime e Forma de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por **preço unitário**, na forma indireta.

Exigências de Habilitação

8.3. A licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no SICAF deverá apresentar documentos que supram tais exigências.

8.4. A licitante deverá, ainda, apresentar a seguinte documentação:

- a) declaração do SICAF referente à habilitação da licitante (situação);
- b) os documentos que não estejam contemplados no SICAF.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

8.5. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF.

8.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar n. 123/2006.

Qualificação Econômico-Financeira

8.7. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

8.7.1. As empresas que estejam em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, deverão apresentar certidão positiva de recuperação judicial e certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.

Qualificação Técnica

8.8. A licitante deverá apresentar, ainda, **registro ou inscrição** da licitante e do(s) responsável(is) técnico(s), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região a que estiverem vinculados, em plena validade, que comprove atividade relacionada ao objeto da licitação.

Qualificação Técnico-Operacional

8.9. A licitante deverá apresentar **atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica**, emitido(a)(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, **acompanhado(a)(s) das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT), devidamente registradas no CREA da região competente**, que comprove(m) que a licitante, de forma satisfatória, prestou cada um dos seguintes serviços compatíveis com o objeto desta licitação:

- a) Instalação de equipamento de ar condicionado do tipo “Splitão” com capacidade mínima de 25 TR e composto, no mínimo, por 1 (uma) unidade evaporadora e 1 (uma) unidade condensadora com compressor inverter;
- b) Instalação de rede de dutos tipo “Giroval” para difusão de ar com, no mínimo, 60 (sessenta) metros de comprimento.

8.9.1. A licitante poderá apresentar atestados que comprovem que ela realizou a instalação dos serviços descritos nas alíneas “a” e “b” do subitem anterior em obras distintas; contudo, não será admitida a soma de atestados para comprovar o quantitativo mínimo previsto para o serviço descrito na alínea “b”.

8.9.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato

8.9.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

- 8.9.4. O(s) atestado(s) deve(m) permitir a obtenção das seguintes informações:
- a) indicação do CNPJ, razão social e endereço completo da pessoa jurídica emissora do atestado;
 - b) informação do local e da data de expedição do atestado;
 - c) descrição da data de início e do término da prestação dos serviços referenciados no documento.
- 8.9.5. O(s) atestado(s) deverá(ão), preferencialmente, estar impresso(s) em papel timbrado da pessoa jurídica que o(s) emitiu, com a descrição do nome completo, do cargo, da função e conter a assinatura legível do responsável e, adicionalmente, conter dados sobre contatos de telefone e e-mail do responsável pela emissão do(s) atestado(s).
- 8.9.6. A licitante, caso solicitado pelo Pregoeiro, deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, entre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 8.9.7. À critério da Câmara dos Deputados, poderá ser realizada diligência para averiguar a veracidade das informações apresentadas no(s) atestado(s) técnicos.

Qualificação Técnico-Profissional

8.10. A licitante deverá indicar, na forma do modelo anexo, profissional(is) de nível superior que participará(ão) da execução dos serviços, devendo constar, obrigatoriamente, pelo menos 1 (um) engenheiro mecânico, devidamente registrado no CREA, detentor de acervo técnico compatível com o objeto desta licitação, comprovado por meio de Certidão de Acervo Técnico (CAT), individualmente ou em conjunto com outros profissionais indicados, desde que o referido engenheiro mecânico integre o acervo apresentado, relativo à execução dos seguintes serviços:

- a) Instalação de equipamento de ar condicionado do tipo “Splitão” com capacidade mínima de 25 TR e composto, no mínimo, por 1 (uma) unidade evaporadora e 1 (uma) unidade condensadora com compressor inverter;
- b) Instalação de rede de dutos tipo “Giroval” para difusão de ar com, no mínimo, 60 (sessenta) metros de comprimento.

8.10.1. À relação do(s) profissional(is) indicado(s) deverão ser anexados os seguintes documentos:

- a) Certidão de Acervo Técnico (CAT) com Registro de Atestado, expedida pelo CREA;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

- b) A comprovação do vínculo contratual do(s) profissional(is) indicado(s) com a Contratada, mediante a apresentação de original ou cópia autenticada de um dos seguintes documentos, se aplicável:
- i. Carteira de trabalho (CTPS), ou registro de empregado, quando for de natureza trabalhista;
 - ii. Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil, quando o vínculo for contratual;
 - iii. Estatuto ou contrato social, quando o vínculo for societário.

8.10.2. Os profissionais indicados pela Adjudicatária deverão participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que, prévia e formalmente aprovada pela Administração.

8.10.3. Caso o vínculo de trabalho mencionado na alínea “b” do subitem 8.10.1 deste Título não seja comprovado na licitação, a adjudicatária deverá formalizá-lo para a assinatura do Contrato.

Vistoria Prévia

8.11. Considerando que, para a contratação pretendida, a avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, a licitante deverá atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, conforme modelo anexo, assegurado a ela o direito de realização de vistoria prévia.

8.11.1. À licitante que optar por realizar vistoria prévia, serão disponibilizados data e horário exclusivos, a serem agendados na Coordenação de Engenharia de Equipamentos da Câmara dos Deputados (CEQUI), por meio do telefone (61) 3216-4401, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outras licitantes. Nesse caso, a licitante deverá apresentar o Termo de Vistoria, conforme modelo anexo.

8.11.2. Caso a licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a atestação exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo anexo.

8.11.3. A não realização de vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir o ônus dos serviços decorrentes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 705.365,99 (setecentos e cinco mil trezentos e sessenta e cinco reais e noventa e nove centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.

Brasília, 29 de abril de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



ANEXO 1-A

MEMORIAL DESCRITIVO

1. DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS

1.1. O sistema de climatização projetado para o ambiente tem como objetivo principal garantir o conforto térmico e a qualidade do ar interior, mantendo as condições de temperatura e umidade dentro dos parâmetros desejáveis para a ocupação.

1.2. O sistema será composto por duas unidades de ar condicionado do tipo “Splitão”, caracterizada pela separação entre a unidade evaporadora (interna) e a unidade condensadora (externa), que será remota. A unidade será equipada com compressor de tecnologia inverter, permitindo a modulação da capacidade de refrigeração conforme a demanda, resultando em maior eficiência energética e controle preciso da temperatura.

1.3. O insuflamento de ar condicionado será realizado através de uma rede de dutos. Para a distribuição do ar, serão utilizados dutos do tipo giroval, garantindo um fluxo de ar eficiente e com baixas perdas de carga. Nas terminações da rede de dutos, serão instalados difusores de insuflamento de alta indução, projetados para promover uma mistura eficaz do ar insuflado com o ar ambiente, assegurando uma distribuição uniforme da temperatura.

1.4. Complementarmente, o projeto contempla um sistema de renovação de ar integrado ao sistema de climatização, cuja função é garantir a admissão de ar externo tratado, assegurando a diluição de poluentes internos e a manutenção dos níveis de oxigenação e qualidade do ar interior, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS COMPONENTES

2.1. São apresentadas nas próximas subseções as características básicas que deverão ser observadas pelos equipamentos e materiais fornecidos para atender às demandas de projeto e garantir correto o funcionamento do sistema.

2.2. Os materiais foram levantados com base nas pranchas de projeto e nas informações atualmente disponíveis. Outros itens e acessórios que porventura sejam necessários serão de inteira responsabilidade da Contratada.

2.3. Não serão aceitos pela Contratante equipamentos do tipo “protótipo” e/ou de fabricação especial. Os equipamentos fornecidos para atender ao escopo deste edital deverão ser de catálogo, com vasta aplicação e aceitação de mercado, bem como possuir peças de reposição de fácil obtenção.



2.4. Equipamentos

2.4.1. Ar Condicionado

2.4.1.1. O sistema de ar condicionado será composto por dois condicionadores de ar modulares de expansão direta do tipo “Splitão”, adequados para aplicações comerciais e industriais.

2.4.1.2. Cada equipamento possuirá capacidade de refrigeração de 25TR distribuída em dois ciclos de refrigeração e será composto por uma unidade evaporadora interna com insuflamento dutado e duas unidades condensadoras externas com compressor do tipo Scroll operando com fluido refrigerante R410A, ou outro de menor GWP, sendo, pelo menos uma condensadora por conjunto, com tecnologia inverter, para melhor eficiência em cargas parciais.

2.4.1.3. O sistema deverá operar com controle remoto com fio com sensor de temperatura incorporado e possibilidade de utilização de sensor remoto de temperatura de retorno. O display deverá ser digital em LCD e o controle deverá permitir a alteração entre modos de ventilação e resfriamento, ajuste preciso de temperatura com resolução inferior a 0,5° C, indicação de temperatura ambiente e *setpoint* de refrigeração, indicação de alarmes e alertas e monitoramento das unidades condensadoras. Deverá permitir, ainda, programação horária semanal com ajuste de *setpoint* e contar com interface para comunicação com sistema de automação predial através de protocolo Modbus ou BacNet.

2.4.1.4. Unidade Evaporadora

2.4.1.4.1. A unidade evaporadora deverá ser formada por gabinetes modulares com montagem na horizontal, em função das limitações de altura da casa de máquinas, sendo um módulo trocador de calor e um módulo de ventilação.

2.4.1.4.2. A estrutura dos gabinetes deverá ser fabricada com perfis de alumínio, painéis de fácil remoção em aço galvanizado com pintura eletrostática e isolamento térmico em polietileno ou poliuretano expandido com revestimento em filme de alumínio, para facilitar a limpeza.

2.4.1.4.3. A unidade deverá trabalhar com ventiladores centrífugos de dupla aspiração com rotores de pás voltadas para a frente (Sirocco), balanceados estática e dinamicamente. O acionamento deverá ser realizado por motores elétricos de indução trifásicos de alto rendimento, conforme relação de motores testada pelo INMETRO, 4 Polos, tensão de 380V/60Hz e nível de proteção IP-55, com transmissão através de polias fixas e correias.

2.4.1.4.4. O trocador de calor do evaporador deverá possuir serpentina formada por tubos de cobre ranhurados expandidos contra aletas de alumínio, proporcionando melhor troca de calor e menor perda de carga. A unidade deverá contar ainda com válvula de expansão termostática, válvula solenoide, visor de líquido e filtro secador.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

2.4.1.4.5. A admissão do ar de retorno deverá ser feita pela frente do módulo trocador de calor, que deverá contar com estrutura para instalação dos filtros. Por se tratar de uma área de serviços gráficos com impressão offset e litografia, o equipamento deverá contar com filtros Classe G4 e F7, conforme NBR 16.401-3.

2.4.1.4.6. O módulo ventilador deverá garantir pressão estática disponível de 30mmCA para a classe de filtragem especificada para o equipamento. Caso essa pressão estática não possa ser alcançada em uma máquina de fabricação padrão, deverá ser selecionada uma de fabricação especial, com adequação dos motores e ventiladores.

2.4.1.4.7. De forma a viabilizar a instalação na casa de máquinas e garantir espaço adequado para a manutenção do equipamento, a unidade evaporadora deverá possuir dimensões máximas de 2500 x 1500 x 1500 mm (Largura x Profundidade x Altura).

2.4.1.4.8. Item 5.1.1.1 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Unidade evaporadora para sistema de ar condicionado tipo "Splitão" com capacidade de 25TR, composta por módulo trocador de calor de 2 ciclos, módulo ventilador com vazão de ar de 17.000 m³/h e pressão estática disponível de 30 mmCA, e demais características e acessórios conforme este Anexo - Mod. De Referência: HITACHI RVT-250CZ + RTC-250CP - Fornecimento e Instalação:

- a) Capacidade Nominal de Refrigeração: 25TR;
- b) Ciclos de Refrigeração: 2;
- c) Vazão de Ar: 17.000 m³/h;
- d) Pressão Estática Disponível: 30,0 mmCA;
- e) Montagem: Horizontal;
- f) Posição de Descarga: Para Cima;
- g) Tensão: 380V/60Hz Trifásico;
- h) Classe de Filtragem: G4 + F7;
- i) Dimensões Máximas (LxPxA): 2500 x 1500 x 1500 mm;
- j) Acessórios: válvula de expansão termostática, válvula solenoide, visor de líquido, filtro secador, controle remoto digital com fio, sensor remoto de temperatura de retorno, base de montagem com amortecedores de vibração e kit de montagem na horizontal.

2.4.1.5. Unidade Condensadora

2.4.1.5.1. As unidades condensadoras deverão ser de condensação a ar, construídas com estrutura metálica em aço com pintura eletrostática. A descarga de ar deverá ser vertical e ventilador deverá ser do tipo axial de alta potência e baixo nível de ruído, fabricado em material termoplástico resistente a intempéries.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

2.4.1.5.2. O trocador de calor da unidade condensadora deverá possuir serpentina formada por tubos de cobre ranhurados expandidos contra aletas de alumínio, com revestimento para proteção contra corrosão. A unidade deverá contar ainda com relé de inversão de fase, pressostato de alta com rearme manual, pressostato de baixa, válvula de descarga, válvulas de serviço de líquido e sucção. As unidades com inversor de frequência deverão contar também com válvula solenoide na linha de líquido.

2.4.1.5.3. O comando dos equipamentos deverá ser microprocessado, com quadro elétrico de proteção e comando montado nas unidades condensadoras, e os compressores deverão trabalhar com motores elétricos de indução trifásicos de alto rendimento, conforme relação de motores testada pelo INMETRO, 6 Polos, tensão de 380V/60Hz e nível de proteção IP-55.

2.4.1.5.4. As unidades deverão possuir sistema de controle de condensação capaz de ajustar as trocas térmicas no condensador, de forma a operar com pressão constante de descarga na faixa de melhor eficiência do compressor.

2.4.1.5.5. O comprimento máximo equivalente para a rede frigorígena entre a unidade evaporadora e as condensadoras deverá ser superior a 40m.

2.4.1.5.6. Item 5.1.1.2 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Unidade condensadora para sistema de ar condicionado tipo "Splitão" com capacidade de 12TR, compressor inverter tipo Scroll, refrigerante R410A, ventilador axial com descarga vertical e demais características e acessórios conforme este Anexo - Mod. de Referência: HITACHI RAP-120FIV - Fornecimento e Instalação:

- a) Capacidade Nominal de Refrigeração: 12TR;
- b) Ciclo: 1;
- c) Compressor: Scroll Inverter;
- d) Vazão de Ar: 17.000 m³/h;
- e) Ventilador: Axial;
- f) Posição de Descarga: Para Cima;
- g) Tensão: 380V/60Hz Trifásico;
- h) Acessórios: sistema de controle de condensação, relé de inversão de fase, pressostato de alta com rearme manual, pressostato de baixa, válvula de descarga, válvulas de líquido e sucção, válvula solenoide na linha de líquido e base de montagem com amortecedores de vibração.

2.4.1.5.7. Item 5.1.1.3 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Unidade condensadora para sistema de ar condicionado tipo "Splitão" com capacidade de 12TR, compressor fixo tipo Scroll, refrigerante R410A, ventilador axial com descarga vertical e demais características e acessórios conforme este Anexo - Mod. de Referência: HITACHI RAP-120DS - Fornecimento e Instalação:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

- a) Capacidade Nominal de Refrigeração: 12TR;
- b) Ciclo: 1;
- c) Compressor: Scroll Fixo;
- d) Vazão de Ar: 17.000 m³/h;
- e) Ventilador: Axial;
- f) Posição de Descarga: Para Cima;
- g) Tensão: 380V/60Hz Trifásico;
- h) Acessórios: sistema de controle de condensação, relé de inversão de fase, pressostato de alta com rearme manual, pressostato de baixa, válvula de descarga, válvulas de líquido e sucção, válvula solenoide na linha de líquido e base de montagem com amortecedores de vibração.

2.4.2. Renovação de Ar

2.4.2.1. O gabinete de ventilação deverá possuir ventilador do tipo centrífugo, de simples aspiração e com rotores com pás curvadas para trás (*Limit Load*), sendo totalmente construído em chapas de aço galvanizado. Toda a superfície do ventilador deverá possuir proteção contra a corrosão, com pintura adequada à sua operação e secagem em estufa.

2.4.2.2. Os ventiladores serão acionados por motores à prova de respingos através de polias fixas e correias. Os motores serão do tipo assíncrono, trifásico, de alto rendimento, conforme relação de motores testada pelo INMETRO, e deverão operar com tensão de 380V / 60Hz, a não ser que especificado de forma diferente em projeto.

2.4.2.3. O rotor do ventilador deverá ser balanceado estática e dinamicamente, operando sobre mancais autoalinhantes (do tipo rolamentos auto-compensadores), auto-lubrificantes e blindados. O eixo deverá ser fabricado em aço, trabalhar apoiado em dois mancais e possuir rasgo de chaveta para colocação de polias. Os suportes dos mancais deverão ser em chapa grossa de aço, ligados ao gabinete de forma estrutural, formando um conjunto rígido. Os suportes também deverão ter proteção anti-corrosiva, com pintura com secagem em estufa.

2.4.2.4. O conjunto motor ventilador deverá ser montado sobre base única e contar com coxins de borracha ou amortecedores de vibração, que deverão garantir a absorção e o isolamento da vibração para a estrutura de apoio em níveis que não comprometam a integridade da estrutura e que não causem incômodo a terceiros.

2.4.2.5. As conexões dos ventiladores aos dutos de aspiração e descarga devem ser flangeadas e aparafusadas com o uso de elementos flexíveis. O material da conexão flexível deve ser incombustível, estanque a líquidos na superfície interna e com características mecânicas próprias para operar em equipamento dinâmico. Suas



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

emendas longitudinais, além de estanques, devem ser transpassadas de, no mínimo, 75 mm. O material empregado deve propiciar resistência ao fogo mínima de 1h.

2.4.2.6. Toda instalação elétrica deverá atender à ABNT NBR 5410, sendo que os motores elétricos devem ser do tipo totalmente fechados com ventilação externa (TFVE) e com grau de proteção mínimo IP 55 e classe B ou F de isolamento elétrico.

2.4.2.7. Item 5.1.2.1 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Gabinete de ventilação centrífugo Limit Load de simples aspiração, vazão de ar de 5.400 m³/h, pressão estática de 29,0 mmCA, rotor de Ø500mm, com características e acessórios conforme este Anexo - Mod. De Referência: BERLINERLUFT BLT 500 - 3 - RD90/TA270 - Fornecimento e Instalação:

- a) Vazão de Ar: 5.400 m³/h;
- b) Pressão Estática Disponível: 29,0 mmCA;
- c) Velocidade de Descarga: 3,7 m/s;
- d) Rotação: 891 RPM;
- e) Arranjo / Classe: 3;
- f) Posição de Descarga: RD 90° / TA270;
- g) Potência do Motor: 0,75 kW;
- h) Polaridade: 6 polos;
- i) Tensão: 380 V / Trifásico;
- j) Rendimento Mínimo: 78,0%;
- k) Potência Sonora (1,0 m): 60 dB(A);
- l) Acessórios: polias fixas e correias, acoplamento do motor, flange de descarga, ligação flexível na aspiração, coxins de borracha, pintura eletrostática do gabinete, placa de identificação em alumínio, porta filtros e filtro plano sintético G4.

2.5. Difusão e Distribuição de Ar

2.5.1. Dutos de Insuflamento

2.5.1.1. Os dutos de insuflamento deverão ser aparentes do tipo Giroval, pré-fabricados em aço galvanizado e com construção em espiral resultante de grafagem quádrupla. Os dutos deverão ser da linha lisa, com espessura conforme exigências da NBR 16.401-1, e contar com parede dupla (Giroval Sanduíche), isolamento térmico em lã de vidro com espessura mínima de 1", conexão por meio de luvas pré-fabricadas e pintura de acabamento na cor branco fosco.

2.5.1.2. A superfície interna deverá ser livre e desimpedida, sem saliências nem obstruções. Deverão contar ainda com portas de inspeção instaladas nas laterais, para realização de limpeza, conforme posicionamentos apontados em projeto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

2.5.1.3. A fixação dos dutos deverá ser feita por meio de perfilados metálicos e barras roscadas, com espaçamento dentro dos limites máximos estabelecidos pelo fabricante e pelas normas em vigor. Todos os pendurais, braçadeiras e suportes deverão ser confeccionados com o mesmo material do duto e pintados com tinta protetora anticorrosiva.

2.5.1.4. Nos pontos onde forem detectadas vibrações, os dutos deverão ser providos de apoios de borracha. Além disso, as interligações com os climatizadores deverão ser realizadas com lona flexível apropriada para aplicação.

2.5.1.5. As conexões dos ramais principais com os difusores deverão ser realizadas por meio de dutos rígidos circulares com diâmetro de 250mm, mantendo-se os mesmos padrões de montagem, isolamento térmico, proteção mecânica, fixação e acabamento superficial dos dutos Giroval.

2.5.1.6. Item 5.2.1.1 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Duto giroval em aço galvanizado, linha lisa, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 632x300 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GO 632x300 mm – Fornecimento e instalação.

2.5.1.7. Item 5.2.1.2 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Duto giroval em aço galvanizado, linha lisa, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 793x300 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GO 793x300 mm – Fornecimento e instalação.

2.5.1.8. Item 5.2.1.3 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Duto giroval em aço galvanizado, linha lisa, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 816x400 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GO 816x400 mm – Fornecimento e instalação.

2.5.1.9. Item 5.2.1.4 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Duto giroval em aço galvanizado, linha lisa, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 977x400 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GO 977x400 mm – Fornecimento e instalação.

2.5.1.10. Item 5.2.1.5 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Duto giroval em aço galvanizado, linha lisa, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 1140x400 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GO 1140x400 mm – Fornecimento e instalação.

2.5.1.11. Item 5.2.1.6 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Duto giroval em aço galvanizado, linha lisa, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 1301x400



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GO 1301x400 mm – Fornecimento e instalação.

2.5.1.12. Item 5.2.1.7 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Luva de união giroval entre dutos, em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 632x300 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GCTO 632x300 mm – Fornecimento e instalação.

2.5.1.13. Item 5.2.1.8 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Luva de união giroval entre dutos, em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 793x300 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GCTO 793x300 mm – Fornecimento e instalação.

2.5.1.14. Item 5.2.1.9 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Luva de união giroval entre dutos, em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 816x400 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GCTO 816x400 mm – Fornecimento e instalação.

2.5.1.15. Item 5.2.1.10 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Luva de união giroval entre dutos, em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 977x400 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GCTO 977x400 mm – Fornecimento e instalação.

2.5.1.16. Item 5.2.1.11 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Redução concêntrica para duto giroval em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 1301x400 mm p/ 1140x400 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GROC 1301x400 mm p/ 1140x400 mm – Fornecimento e instalação.

2.5.1.17. Item 5.2.1.12 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Redução concêntrica para duto giroval em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 1140x400 mm p/ 977x400 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GROC 1140x400 mm p/ 977x400 mm – Fornecimento e instalação.

2.5.1.18. Item 5.2.1.13 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Redução concêntrica para duto giroval em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 977x400 mm p/ 816x400 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GROC 977x400 mm p/ 816x400 mm – Fornecimento e instalação.

2.5.1.19. Item 5.2.1.14 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Redução concêntrica para duto giroval em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco -



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

Dimensões 816x400 mm p/ 793x300 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GROTP 816x400 mm p/ 793x300 mm – Fornecimento e instalação.

2.5.1.20. Item 5.2.1.15 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Redução concêntrica para duto giroval em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 793x300 mm p/ 632x300 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GROC 793x300 mm p/ 632x300 mm – Fornecimento e instalação.

2.5.1.21. Item 5.2.1.16 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Tampa para duto giroval em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 632x300 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GTPO 632x300 mm – Fornecimento e instalação.

2.5.1.22. Item 5.2.1.17 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Curva horizontal 90° para duto giroval em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 1301x400 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GBOH90 R1d 1301x400 mm – Fornecimento e instalação.

2.5.1.23. Item 5.2.1.18 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Duto girotubo em aço galvanizado, linha lisa, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Diâmetro Ø250mm - Mod. de Referência: REFRIN Girotubo - GS Ø250mm – Fornecimento e instalação.

2.5.1.24. Item 5.2.1.19 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Curva horizontal 90° para duto girotubo em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Diâmetro Ø250mm - Mod. de Referência: REFRIN Girotubo - GB90 R1d Ø250mm – Fornecimento e instalação.

2.5.2. Dutos de Renovação

2.5.2.1. O duto de renovação deverá ser aparente do tipo Girotubo, pré-fabricado em aço galvanizado e com construção em espiral resultante de grafagem quádrupla. Os dutos deverão ser da linha lisa de parede simples, com espessura conforme exigências da NBR 16.401-1, sem isolamento térmico, conexão por meio de luvas pré-fabricadas e pintura de acabamento na cor branco fosco.

2.5.2.2. A fixação do duto deverá ser feita por meio de suporte apropriado tipo berço e barras roscadas. Todos os pendurais, braçadeiras e suportes deverão ser confeccionados com o mesmo material do duto e pintados com tinta protetora anticorrosiva.

2.5.2.3. Nos pontos onde forem detectadas vibrações, o duto deverá ser provido de apoios de borracha. Além disso, a interligação com o ventilador deverá ser realizada com lona flexível apropriada para aplicação.



2.5.2.4. Item 5.2.2.1 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Duto girotubo em aço galvanizado, linha lisa, sem isolamento térmico e pintura de acabamento na cor branco fosco - Diâmetro Ø700mm - Mod. de Referência: REFRIN Girotubo - GS Ø700mm – Fornecimento e instalação.

2.5.2.5. Item 5.2.2.2 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Luva de união girotubo entre dutos, em aço galvanizado, sem isolamento térmico e pintura de acabamento na cor branco fosco - Ø700mm - Mod. de Referência: REFRIN Girotubo - GCT Ø700mm – Fornecimento e instalação.

2.5.2.6. Item 5.2.2.3 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Transformação de duto retangular para girotubo, em aço galvanizado, sem isolamento térmico e pintura de acabamento na cor branco fosco - Ø700mm p/ 800x800 mm - Mod. de Referência: REFRIN Girotubo - GTQ Ø700mm p/ 800x800mm – Fornecimento e instalação.

2.5.2.7. Item 5.2.2.4 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Transformação de duto retangular para girotubo, em aço galvanizado, sem isolamento térmico e pintura de acabamento na cor branco fosco - Ø700mm p/ 1200x1000 mm - Mod. de Referência: REFRIN Girotubo - GTQ Ø700mm p/ 1200x1000mm – Fornecimento e instalação.

2.5.2.8. Item 5.2.2.5 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Suporte externo tipo berço para duto girotubo em aço galvanizado e pintura de acabamento na cor branco fosco - Ø700mm - Mod. de Referência: REFRIN Girotubo - SUPGS2 Ø700mm – Fornecimento e instalação.

2.5.3. Difusores

2.5.3.1. Os difusores de insuflamento deverão ser quadrados, de alta indução e adequados para condicionamento de ar em ambientes industriais com altura igual ou superior a 3,8 m. Deverão ser construídos com perfis de alumínio extrudados, com aletas de descarga manualmente ajustáveis entre as direções horizontal e vertical. Deverão contar com caixa *plenum* fabricada em aço galvanizado, com colarinho para entrada lateral com diâmetro de Ø250 mm. O conjunto deverá possuir pintura eletrostática na cor branco fosco.

2.5.3.2. Item 5.2.3.1 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Difusor de insuflamento quadrado de alta indução em alumínio extrudado com aletas ajustáveis manualmente, caixa plenum com entrada lateral em aço galvanizado, colarinho de Ø250 mm, pintura de acabamento branco fosco - 600x600 mm - Mod. de Referência: TROX VD-H 600 - Fornecimento e instalação.

2.5.4. Grelhas

2.5.4.1. As grelhas de retorno de ar deverão ser de perfil retangular com aletas horizontais fixas, fabricadas em alumínio extrudado com pintura de acabamento branco fosco.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

2.5.4.2. Item 5.2.4.1 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Grelha de retorno retangular em alumínio extrudado, aletas horizontais fixas, pintura de acabamento branco fosco - 1225x525 mm - Mod. de Referência: TROX AR-A 1225x525 mm - Fornecimento e instalação.

2.5.4.3. Item 5.2.4.2 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Grelha de retorno retangular em alumínio extrudado, aletas horizontais fixas, pintura de acabamento branco fosco - 1025x525 mm - Mod. de Referência: TROX AR-A 1025x525 mm - Fornecimento e instalação.

2.5.5. Tomada de Ar Externo

2.5.5.1. A tomada de ar externo para o ar de renovação deverá ser composta por veneziana de proteção, registro regulador de vazão e elemento filtrante, conforme estabelecido pela norma NBR 16.401-3.

2.5.5.2. A veneziana deverá ser confeccionada com moldura de montagem e perfis em alumínio extrudado com acabamento anodizado na cor natural, e conter tela de proteção em plástico. O registro regulador de vazão deverá ser de lâminas convergentes, com moldura em chapa de aço carbono e aletas de alumínio. O filtro deverá possuir moldura de montagem em alumínio extrudado com acabamento anodizado natural e elemento filtrante em fibra sintética com nível de filtragem equivalente ao G4.

2.5.5.3. Item 5.2.5.1 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Tomada de ar externo composta por veneziana em alumínio extrudado anodizado natural, tela de proteção em plástico, registro de vazão com lâminas convergentes e filtro nível G4 – Dimensões de 797x797 mm - Mod. de Referência: TROX VDF-711 797x797mm - Fornecimento e instalação.

2.5.6. Acessórios

2.5.6.1. Colarinho

2.5.6.1.1. As derivações para os difusores de insuflamento deverão contar com colarinhos com registro borboleta, para regulagem da vazão de ar, fabricados em aço galvanizado e com diâmetro de 250 mm.

2.5.6.1.2. Item 5.2.6.1 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Colarinho em aço galvanizado com registro borboleta - Ø250 mm - Fornecimento e instalação.

2.5.6.2. Portas de Inspeção

2.5.6.2.1. As portas de inspeção deverão ser construídas com material e acabamento superficial de especificação idêntica aos dos dutos, sendo providas de colarinho para encaixe em duto circular, isolamento térmico equivalente ao dos dutos e gaxeta de borracha estanque, que atenda à mesma classe de vazamento prevista na NBR-16401 para o sistema. A montagem deverá ser realizada por meio de tampas internas e externas, que, ao serem apertadas, pressionam a parede do duto entre si,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

garantindo a vedação. As ferragens, tais como manoplas, parafusos, molas e porcas, deverão ser fabricadas em aço-carbono ou aço inoxidável e não devem perfurar as paredes do duto. As portas de inspeção deverão ter dimensões mínimas de 300x200 mm.

2.5.6.2.2. Item 5.2.6.2 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Porta de inspeção em aço galvanizado com colarinho para instalação em dutos ovais e circulares, com gaxeta de vedação e isolamento térmico – 300x200 mm – Mod. de Referência: REFRIN Piper-3020-GA-ES-I – Fornecimento e instalação.

2.6. Rede Frigorígena

2.6.1. Tubos e Conexões de Cobre

2.6.1.1. As interligações entre as unidades evaporadoras e condensadoras dos equipamentos serão feitas através de tubulação de cobre rígido sem costura Classe A, com composição química mínima de 99,9% de cobre e produzidos conforme a norma ABNT NBR 13.206. Os acessórios e conexões hidráulicas deverão ser soldáveis, fabricados em cobre conforme a norma ABNT NBR 11720 e apresentar pressão de serviço compatível com a classe das tubulações.

2.6.1.2. As tubulações de líquido e de sucção deverão possuir bitola de acordo com as especificações do fabricante dos equipamentos de ar condicionado, levando em consideração a posição das unidades condensadoras, o tipo de refrigerante e a distância equivalente da tubulação.

2.6.1.3. Todas as tubulações deverão ser fixadas e ancoradas por suportes apropriados e espaçados a cada 1,5 m, a fim de evitar oscilações excessivas nos sentidos longitudinal e transversal, bem como ser apoiadas sobre cambotas de madeira de lei ou borracha sintética.

2.6.1.4. A execução das redes hidráulicas deverá ser feita dentro das recomendações da boa técnica, principalmente no que diz respeito à escolha das conexões, facilidade de serviço e substituição de partes e equipamentos.

2.6.1.5. No dimensionamento da tubulação, deverá ser levada em conta a perda de carga, em função da distância entre a unidade evaporadora e as unidades condensadoras, obedecendo às recomendações apontadas pelo fabricante.

2.6.1.6. As linhas frigorígenas deverão ser instaladas seguindo todas as orientações técnicas do fabricante dos condicionadores de ar, com a execução de sifões, ajuste de inclinação e instalação de válvulas de retenção e válvulas solenoides conforme exigências.

2.6.1.7. A Contratada deverá prever em sua proposta o serviço de adição da carga de fluido refrigerante, que poderá ser necessário para compensar o comprimento efetivo da tubulação, de forma a ajustar o superaquecimento e subresfriamento do sistema, conforme os critérios indicados pelo fabricante dos equipamentos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

2.6.1.8. Procedimento de Solda

2.6.1.8.1. O procedimento de solda das tubulações de cobre deverá evitar a formação de óxidos e fuligem no interior dos tubos, que, depois de dissolvidos no refrigerante, poderão causar o entupimento de orifícios, filtros, capilares e válvulas, além de danos ao compressor. É obrigatório, portanto, a injeção de nitrogênio no interior da tubulação durante o processo de solda.

2.6.1.8.2. Deverá ser aplicada solda não oxidante e não será permitido soldagem de tubulações externas em dias chuvosos. Se a tubulação não for conectada imediatamente aos equipamentos, as extremidades deverão ser seladas.

2.6.1.8.3. A falta de atenção com a limpeza, teste de vazamentos, vácuo e carga adicional de refrigerante são de total responsabilidade da contratada e poderão resultar em funcionamento irregular e danos ao compressor, que deverão ser corrigidos sem qualquer ônus à Contratante.

2.6.1.9. Procedimentos para Teste

2.6.1.9.1. Deverá ser realizado teste de pressão para identificação de potenciais vazamentos na tubulação. Poderão ser utilizados procedimentos especificados em normas técnicas e recomendados pelo fabricante da tubulação e dos equipamentos, além dos seguintes procedimentos:

- a) Aplicar nitrogênio até que a pressão atinja 0,5 MPa (5 kg/cm² - 73 psi), aguardar por 5 minutos e verificar se a pressão será mantida;
- b) Caso a pressão do item anterior seja mantida, elevar a pressão para 1,5 MPa (15 kg/cm² - 218 psi), aguardar mais 5 minutos e verificar se a pressão será mantida;
- c) Caso a pressão do item anterior seja mantida, elevar a pressão da tubulação com o nitrogênio até 4 MPa - 40kg/cm² - 580 psi e aferir a temperatura ambiente. A tubulação poderá ser aprovada se não houver queda de pressão em um período de 24h.

2.6.1.9.2. Levar em conta que a variação da temperatura entre o momento de pressurização e verificação da pressão (intervalo de 24h) poderá provocar alteração da pressão do gás por contração e expansão do nitrogênio. Considerar que cada 1º C equivale a uma variação de 0,01 MPa (0,1kg/cm² - 1,5 psi), devendo ser levado em conta na verificação.

2.6.1.9.3. Se uma queda de pressão for verificada além da flutuação causada pela variação de temperatura, aplicar o teste de espuma nas conexões, soldas e flanges, realizar a correção quando encontrado o vazamento e proceder ao teste de vazamento padrão novamente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

2.6.1.10. Procedimentos para Vácuo

2.6.1.10.1. Para realização do vácuo nas tubulações, utilizar apenas bomba de vácuo com válvula de bloqueio contra refluxo em caso de desligamento. Caso contrário, o óleo da bomba de vácuo poderá ser succionado para o interior da tubulação, provocando contaminação.

2.6.1.10.2. A bomba deverá ser de boa qualidade, possuir manutenção adequada e ser capaz de atingir vácuo de 65Pa (500 micra) após 5 minutos de trabalho. O instalador deverá possuir e utilizar vacuômetro capaz de ler pressões absolutas inferiores à 650Pa (5000 micra) durante o processo de vácuo. Não utilizar manifold, pois ele não é capaz de medir o vácuo de 650Pa (5000 micron ou -755mmHg) com escala inferior a 130Pa (1000 micra ou 1mmHg).

2.6.1.10.3. Os procedimentos para realização do vácuo no sistema deverão obedecer às recomendações dos fabricantes dos equipamentos de ar condicionado. Na ausência destes, poderão ser utilizados os procedimentos abaixo:

- a) Iniciar o vácuo e aguardar até atingir um nível inferior a 1000 micra;
- b) Manter o processo de vácuo por mais 1h. (A esta pressão, a água irá evaporar espontaneamente à temperatura ambiente, sendo removida da tubulação);
- c) Fechar o sistema e parar a bomba de vácuo, aguardar 1h e observar se a pressão não se elevará mais que 130Pa (1000 micra) acima do ponto em que estava no momento da parada da bomba de vácuo. A elevação de até 1000 micra em 1h hora será aceitável;
- d) Se houver variação superior a 130Pa (1000 micra), realizar o procedimento de vácuo especial.

2.6.1.11. Procedimentos de Vácuo Especial

2.6.1.11.1. Quando a pressão de 1000 micra não puder ser atingida após 3h de trabalho, ou se houver variação maior que 130Pa (1000 micra) após 1h de espera com a bomba desligada, após a obtenção de pressão inferior a 1000 micra, é possível que água tenha se acumulado no interior da tubulação ou exista um vazamento. Neste caso realize o processo de vácuo triplo:

- a) Quando existir a suspeita de água, quebrar o vácuo com nitrogênio até a pressão de 0,05MPa (0.5kg/cm², 400mmHg ou 7psi) e iniciar o vácuo novamente até atingir (5000 micra);
- b) Quebrar o vácuo com Nitrogênio até atingir 1atm;
- c) Iniciar o vácuo até atingir 1000 micra, aguardar 1h com a bomba operando, desligue a bomba e observe se após 1h parado e verifique se não ocorre elevação da pressão superior a 130Pa (1000 micron) em relação à pressão no instante do desligamento da bomba. Este



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

procedimento deverá ser realizado até que uma variação inferior a 130Pa (1000 micron) seja obtida.

2.6.1.11.2. Item 5.3.1.1 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Tubulação de cobre rígido sem costura, incluindo curvas e conexões – Classe A - Ø 5/8" - Mod. de Referência: Eluma - Fornecimento e instalação.

2.6.1.11.3. Item 5.3.1.2 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Tubulação de cobre rígido sem costura, incluindo curvas e conexões – Classe A - Ø 3/4" - Mod. de Referência: Eluma - Fornecimento e instalação.

2.6.1.11.4. Item 5.3.1.3 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Tubulação de cobre rígido sem costura, incluindo curvas e conexões – Classe A - Ø 1 1/8" - Mod. de Referência: Eluma - Fornecimento e instalação.

2.6.1.11.5. Item 5.3.1.4 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Tubulação de cobre rígido sem costura, incluindo curvas e conexões – Classe A - Ø 1 3/8" - Mod. de Referência: Eluma - Fornecimento e instalação.

2.6.2. Isolamento Térmico

2.6.2.1. As tubulações deverão receber isolamento térmico por toda sua extensão do tipo espuma elastomérica, com coeficiente de transmissão inferior a 0,038 W/mK. As linhas de líquido e de vapor deverão ser isoladas separadamente, em conformidade com as recomendações do fabricante dos equipamentos de ar condicionado. O isolante deverá suportar temperaturas máximas de até 105 °C e possuir espessura adequada para evitar a condensação de água em qualquer condição de operação.

2.6.2.2. Os tubos isolantes deverão ser vestidos na tubulação de cobre evitando-se corta-los longitudinalmente. Quando isto não for possível, deverá ser aplicada cola adequada indicada pelo fabricante e cinta de acabamento autoadesiva em toda a extensão do corte. Em todas as emendas deverá ser aplicada cinta de acabamento autoadesiva isolada de forma a não deixar os pontos de união dos trechos de tubo isolante que possam com o tempo permitir a infiltração de umidade. Para garantir a perfeita união das emendas, recomenda-se uso de cinta de acabamento.

2.6.2.3. Os trechos do isolamento expostos ao sol deverão possuir proteção contra radiação UVA e UVB. Além disso, esses trechos, juntamente com aqueles que possam ser submetidos a esforços mecânicos, deverão possuir acabamento externo de proteção com alumínio liso com espessura igual ou superior a 0,5 mm.

2.6.2.4. Os suportes deverão ser confeccionados de forma a não esmagar o isolante ou corta-lo com o tempo. O tubo isolante e tubo de cobre não deverão possuir folgas internas, de forma a evitar a penetração de ar e condensação. Os trechos finais do isolante deverão ter acabamento que impeça a entrada de ar entre o tubo de cobre e tubo isolante.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

2.6.2.5. Item 5.3.2.1 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Tubo isolante de espuma elastomérica para tubo de cobre - Espessura 20 mm - Ø 5/8" - Mod. de referência: Armaflex AF – Fornecimento e instalação.

2.6.2.6. Item 5.3.2.2 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Tubo isolante de espuma elastomérica para tubo de cobre - Espessura 22 mm - Ø 3/4" - Mod. de referência: Armaflex AF – Fornecimento e instalação.

2.6.2.7. Item 5.3.2.3 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Tubo isolante de espuma elastomérica para tubo de cobre - Espessura 24 mm - Ø 1 1/8" - Mod. de referência: Armaflex AF – Fornecimento e instalação.

2.6.2.8. Item 5.3.2.4 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Tubo isolante de espuma elastomérica para tubo de cobre - Espessura 25 mm - Ø 1 3/8" - Mod. de referência: Armaflex AF – Fornecimento e instalação.

2.7. Rede Elétrica e de Comando

2.7.1. Os sistemas de ar condicionado e de renovação de ar deverão possuir quadro elétrico de alimentação, comando e controle integrado, de sobrepor, instalado no interior da casa de máquinas, conforme indicações de projeto.

2.7.2. A Contratante fornecerá à Contratada, em região apontada em projeto, condutores de alimentação para o quadro dos equipamentos. Todo o restante da instalação elétrica necessária para o pleno funcionamento do sistema, incluindo a instalação do quadro de alimentação, comando e controle, será de responsabilidade da Contratada.

2.7.3. Todos os serviços de instalações elétricas deverão ser executados em estrita concordância com as normas aplicáveis, utilizando ferramentas e métodos adequados e obedecendo aos requisitos de projeto.

2.7.4. O quadro elétrico deverá ser desenvolvido pela Contratada de modo a contemplar todos os dispositivos de proteção, comando e controle necessários para a correta operação dos equipamentos, incluindo disjuntores, contadores, chaves auxiliares, relés, etc., e deverá alimentar individualmente, por meio de disjuntores próprios, cada equipamento de ar condicionado. O acionamento de botoeiras e chaves deverá ser externo, ou seja, sem a necessidade de abertura das portas, e deverá conter, também, lâmpada piloto para indicação de operação dos equipamentos.

2.7.5. Os diagramas elétricos do quadro deverão ser apresentados à Contratada para aprovação antes da execução das instalações. Após conclusão dos serviços, os diagramas deverão ser armazenados no interior dos quadros, em porta planta de plástico apropriado.

2.7.6. A infraestrutura elétrica deverá ser efetuada com eletrodutos metálicos classe média e condutores metálicos, tendo conexões com os equipamentos através de *copex* metálico flexível com encapamento externo em PVC. Os condutores



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

deverão ser do tipo cabo flexível, com condutor formado por fios de cobre nu, temperatura mole, encordoamento classe 4, tendo encapamento termoplástico com características de não propagação de chamas e isolamento mínimo classe 750 V. A bitola mínima dos cabos de alimentação de força não deverá ser inferior a 2,5 mm² e para a fiação de comando não inferior a 0,75 mm².

2.7.7. Todas as conexões dos cabos aos bornes de ligação dos dispositivos e chaves serão efetuadas através do uso de conectores apropriados. Toda a fiação para ligação externa de força, comando e controle deverá ser ligada a blocos de terminais do tipo pressão por parafusos, em terminais marcados e com pelo menos 10% de reserva, prevendo novas necessidades.

2.7.8. Deverão ser instaladas plaquetas de identificação em acrílico com fundo branco e letras pretas, afixadas aos quadros por meio de parafusos, para identificação de todos os componentes elétricos e de comando do sistema. Além disso, todos os cabos deverão ser identificados por meio de anilhas plásticas, conforme padrão utilizado pela Contratante a ser indicado pela fiscalização.

2.7.9. Os barramentos deverão ser do tipo trifásico mais neutro, de cobre eletrolítico duro com 99,9% de condutibilidade, rígidos e dimensionados para conduzir as correntes nominais máximas com folga de 20% e suportar os esforços eletrodinâmicos resultantes de eventual corrente de curto-circuito. Os barramentos deverão ser pintados nas cores padrão previstas em norma, tendo conexões afixadas por porcas e arruelas de pressão, para evitar o posterior afrouxamento com o uso. Os suportes dos barramentos deverão ter classe de isolamento de 750 V, tendo isoladores de porcelana ou epóxi, e guardar uma distância mínima de 4 cm para a massa.

2.7.10. Tanto os barramentos quanto as conexões deverão estar dimensionados de tal modo que não haja elevação de temperatura acima dos limites normais de operação, quando da condução de correntes de até 120% das máximas em regime contínuo e a temperatura ambiente.

2.7.11. A tensão de trabalho de dispositivos monofásicos deverá ser de 220V / 60 Hz, e a dos dispositivos trifásicos de 380V / 60 Hz. O dimensionamento dos cabos, terminais de interligação e demais dispositivos elétricos deverão ser realizados dentro do que prescreve a NBR-5410 da ABNT e as normas da CEB - Companhia Energética de Brasília.

2.7.12. Item 5.4.1.1 da tabela constante do Modelo da Proposta (Anexo 2) - Instalações elétricas para sistema de ar condicionado tipo "Splitão", incluindo quadro de alimentação com dispositivos de comando e proteção, infraestrutura elétrica, cabeamento de força e de comando, elementos de fixação e demais acessórios conforme este Anexo - Fornecimento e instalação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

3. NORMAS E PADRÕES

3.1. Deverão ser observadas para o projeto, a fabricação, a instalação e o teste dos equipamentos, sem o prejuízo daquelas não mencionadas, as seguintes normas técnicas e práticas complementares em suas versões mais atuais, ou, no caso de omissão destas, as normas da ASHRAE, AHRI, ANSI, ASME, ASTM, AMCA, ISO, SMACNA, DIN e NFPA:

- a) ABNT NBR 16401 – Instalações de ar condicionado;
- b) ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- c) ABNT NBR 10152 – Nível de ruído para conforto acústico;
- d) Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais e Distritais, inclusive de concessionárias de serviços públicos;
- e) Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CONFEA.

Brasília, 29 de abril de 2026.

(Assinado eletronicamente)

Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

ANEXO 2
MODELO DA PROPOSTA

(Anexo disponível também em documento WORD (.doc), para edição.)

PREGÃO ELETRÔNICO 90043/2026

OBJETO: Prestação de serviços de implementação de sistema de ar-condicionado baseado em condicionadores de ar do tipo “Splitão”, envolvendo fornecimento de materiais e equipamentos, novos e para primeiro uso; montagem, instalação, colocação em operação, balanceamento e testes; treinamento; manutenção e operação do novo sistema até a sua entrega definitiva, com garantia de funcionamento pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

À

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
ÚNICO	INSTALAÇÃO/MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE AR CONDICIONADO	SV	1	*ver OBS	
PREÇO TOTAL POR EXTENSO:					

***OBS:** O valor indicado neste campo é o valor que deve ser considerado no envio da proposta eletrônica, para os lances na sessão eletrônica do Pregão e deverá ser igual ao **preço total do item único (com BDI)** informado para a tabela seguinte.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

DETALHAMENTO DO ITEM ÚNICO:

Item	Descrição	Und.	Quant.	Marca/ Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Unitário com BDI (R\$)	Valor Total (R\$)
5	INSTALAÇÕES MECÂNICAS E DE UTILIDADES						
5.1	EQUIPAMENTOS						
5.1.1	AR CONDICIONADO						
5.1.1.1	Unidade evaporadora para sistema de ar condicionado tipo “Splitão” com capacidade de 25TR, composta por módulo trocador de calor de 2 ciclos, módulo ventilador com vazão de ar de 17.000 m³/h e pressão estática disponível de 30 mmCA, e demais características e acessórios conforme especificações técnicas- Mod. De Referência: HITACHI RVT-250CXZ + RTC-250CP - Fornecimento e Instalação BDI Reduzido – 19,20%	UN	2				
5.1.1.2	Unidade condensadora para sistema de ar condicionado tipo “Splitão” com capacidade de 12TR, compressor inverter tipo Scroll, refrigerante R410A, ventilador axial com descarga vertical e demais características e acessórios conforme especificações técnicas - Mod. de Referência: HITACHI RAP-120FIV - Fornecimento e Instalação BDI Reduzido – 19,20%	UN	2				
5.1.1.3	Unidade condensadora para sistema de ar condicionado tipo “Splitão” com capacidade de 12TR, compressor fixo tipo Scroll, refrigerante R410A, ventilador axial com descarga vertical e demais características e acessórios conforme especificações técnicas - Mod. de Referência: HITACHI RAP-120DS - Fornecimento e Instalação BDI Reduzido – 19,20%	UN	2				
5.1.2	RENOVAÇÃO DE AR						



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

Item	Descrição	Und.	Quant.	Marca/ Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Unitário com BDI (R\$)	Valor Total (R\$)
5.1.2.1	Gabinete de ventilação centrífugo Limit Load de simples aspiração, vazão de ar de 5.400 m³/h, pressão estática de 29,0 mmCA, rotor de Ø500mm, com características e acessórios conforme especificações técnicas - Mod. De Referência: BERLINERLUFT BLT 500 - 3 - RD90/TA270 - Fornecimento e Instalação	UN	1				
5.2	DIFUSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE AR						
5.2.01	DUTOS DE INSUFLAMENTO						
5.2.1.1	Duto giroval em aço galvanizado, linha lisa, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 632x300 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GO 632x300 mm - Fornecimento e instalação	M	17,5				
5.2.1.2	Duto giroval em aço galvanizado, linha lisa, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 793x300 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GO 793x300 mm - Fornecimento e instalação	M	17,5				
5.2.1.3	Duto giroval em aço galvanizado, linha lisa, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 816x400 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GO 816x400 mm - Fornecimento e instalação	M	17,5				
5.2.1.4	Duto giroval em aço galvanizado, linha lisa, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 977x400 mm	M	17,5				



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

Item	Descrição	Und.	Quant.	Marca/ Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Unitário com BDI (R\$)	Valor Total (R\$)
	- Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GO 977x400 mm – Fornecimento e instalação						
5.2.1.5	Duto giroval em aço galvanizado, linha lisa, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 1140x400 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GO 1140x400 mm – Fornecimento e instalação	M	21				
5.2.1.6	Duto giroval em aço galvanizado, linha lisa, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 1301x400 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GO 1301x400 mm – Fornecimento e instalação	M	7				
5.2.1.7	Luva de união giroval entre dutos, em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 632x300 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GCTO 632x300 mm – Fornecimento e instalação	UN	4				
5.2.1.8	Luva de união giroval entre dutos, em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 793x300 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GCTO 793x300 mm – Fornecimento e instalação	UN	4				
5.2.1.9	Luva de união giroval entre dutos, em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 816x400 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GCTO 816x400 mm – Fornecimento e instalação	UN	4				



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

Item	Descrição	Und.	Quant.	Marca/ Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Unitário com BDI (R\$)	Valor Total (R\$)
5.2.1.10	Luva de união giroval entre dutos, em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 977x400 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GCTO 977x400 mm – Fornecimento e instalação	UN	4				
5.2.1.11	Redução concêntrica para duto giroval em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 1301x400 mm p/ 1140x400 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GROC 1301x400 mm p/ 1140x400 mm – Fornecimento e instalação	UN	2				
5.2.1.12	Redução concêntrica para duto giroval em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 1140x400 mm p/ 977x400 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GROC 1140x400 mm p/ 977x400 mm – Fornecimento e instalação	UN	4				
5.2.1.13	Redução concêntrica para duto giroval em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 977x400 mm p/ 816x400 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GROC 977x400 mm p/ 816x400 mm – Fornecimento e instalação	UN	4				
5.2.1.14	Redução concêntrica para duto giroval em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 816x400 mm p/ 793x300 mm - Mod. de Referência: REFRIN	UN	4				



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

Item	Descrição	Und.	Quant.	Marca/ Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Unitário com BDI (R\$)	Valor Total (R\$)
	Giroval - GROTP 816x400 mm p/ 793x300 mm – Fornecimento e instalação						
5.2.1.15	Redução concêntrica para duto giroval em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 793x300 mm p/ 632x300 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GROC 793x300 mm p/ 632x300 mm – Fornecimento e instalação	UN	4				
5.2.1.16	Tampa para duto giroval em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 632x300 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GTPO 632x300 mm – Fornecimento e instalação	UN	4				
5.2.1.17	Curva horizontal 90° para duto giroval em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Dimensões 1301x400 mm - Mod. de Referência: REFRIN Giroval - GBOH90 R1d 1301x400 mm – Fornecimento e instalação	UN	2				
5.2.1.18	Duto girotubo em aço galvanizado, linha lisa, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco - Diâmetro Ø250mm - Mod. de Referência: REFRIN Girotubo - GS Ø250mm – Fornecimento e instalação	M	34				
5.2.1.19	Curva horizontal 90° para duto girotubo em aço galvanizado, parede dupla com isolamento térmico (sanduíche) e pintura de acabamento na cor branco fosco -	UN	8				



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

Item	Descrição	Und.	Quant.	Marca/ Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Unitário com BDI (R\$)	Valor Total (R\$)
	Diâmetro Ø250mm - Mod. de Referência: REFRIN Girotubo - GB90 R1d Ø250mm – Fornecimento e instalação						
5.2.2	DUTOS DE RENOVAÇÃO						
5.2.2.1	Duto girotubo em aço galvanizado, linha lisa, sem isolamento térmico e pintura de acabamento na cor branco fosco - Diâmetro Ø700mm - Mod. de Referência: REFRIN Girotubo - GS Ø700mm – Fornecimento e instalação	M	5				
5.2.2.2	Luva de união girotubo entre dutos, em aço galvanizado, sem isolamento térmico e pintura de acabamento na cor branco fosco - Ø700mm - Mod. de Referência: REFRIN Girotubo - GCT Ø700mm – Fornecimento e instalação	UN	1				
5.2.2.3	Transformação de duto retangular para girotubo, em aço galvanizado, sem isolamento térmico e pintura de acabamento na cor branco fosco - Ø700mm p/ 800x800 mm - Mod. de Referência: REFRIN Girotubo - GTQ Ø700mm p/ 800x800mm – Fornecimento e instalação	UN	1				
5.2.2.4	Transformação de duto retangular para girotubo, em aço galvanizado, sem isolamento térmico e pintura de acabamento na cor branco fosco - Ø700mm p/ 1200x1000 mm - Mod. de Referência: REFRIN Girotubo - GTQ Ø700mm p/ 1200x1000mm – Fornecimento e instalação	UN	1				
5.2.2.5	Suporte externo tipo berço para duto girotubo em aço galvanizado e pintura de acabamento na cor branco fosco - Ø700mm - Mod. de Referência: REFRIN Girotubo - SUPGS2 Ø700mm – Fornecimento e instalação	UN	3				
5.2.3	DIFUSORES						



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

Item	Descrição	Und.	Quant.	Marca/Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Unitário com BDI (R\$)	Valor Total (R\$)
5.2.3.1	Difusor de insuflamento quadrado de alta indução em alumínio extrudado com aletas ajustáveis manualmente, caixa plenum com entrada lateral em aço galvanizado, colarinho de Ø250 mm, pintura de acabamento branco fosco - 600x600 mm - Mod. de Referência: TROX VD-H 600 - Fornecimento e instalação	UN	22				
5.2.4	GRELHAS						
5.2.4.1	Grelha de retorno retangular em alumínio extrudado, aletas horizontais fixas, pintura de acabamento branco fosco - 1225x525 mm - Mod. de Referência: TROX AR A 1225x525 mm - Fornecimento e instalação	UN	6				
5.2.4.2	Grelha de retorno retangular em alumínio extrudado, aletas horizontais fixas, pintura de acabamento branco fosco - 1025x525 mm - Mod. de Referência: TROX AR A 1025x525 mm - Fornecimento e instalação	UN	4				
5.2.5	TOMADA DE AR EXTERNO						
5.2.5.1	Tomada de ar externo composta por veneziana em alumínio extrudado anodizado natural, tela de proteção em plástico, registro de vazão com lâminas convergentes e filtro nível G4 – Dimensões de 797x797 mm - Mod. de Referência: TROX VDF-711 797x797mm - Fornecimento e instalação	UN	1				
5.2.6	ACESSÓRIOS						
5.2.6.1	Colarinho em aço galvanizado com registro borboleta - Ø250 mm - Fornecimento e instalação	UN	22				



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

Item	Descrição	Und.	Quant.	Marca/ Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Unitário com BDI (R\$)	Valor Total (R\$)
5.2.6.2	Porta de inspeção em aço galvanizado com isolamento térmico, colarinho para instalação em dutos ovais e circulares e gaxeta de vedação – 300x200 mm – Mod. de Referência: REFRIN Piper-3020-GA-ES-I – Fornecimento e instalação	UN	14				
5.3	REDE FRIGORÍGENA						
5.3.01	TUBOS E CONEXÕES DE COBRE						
5.3.1.1	Tubulação de cobre rígido sem costura, incluindo conexões e acessórios - Classe A - Ø 5/8" - Mod. De Referência: Eluma - Fornecimento e instalação	M	66				
5.3.1.2	Tubulação de cobre rígido sem costura, incluindo conexões e acessórios - Classe A - Ø 3/4" - Mod. De Referência: Eluma - Fornecimento e instalação	M	70				
5.3.1.3	Tubulação de cobre rígido sem costura, incluindo conexões e acessórios - Classe A - Ø 1 1/8" - Mod. De Referência: Eluma - Fornecimento e instalação	M	70				
5.3.1.4	Tubulação de cobre rígido sem costura, incluindo conexões e acessórios - Classe A - Ø 1 3/8" - Mod. De Referência: Eluma - Fornecimento e instalação	M	66				
5.3.2	ISOLAMENTO TÉRMICO						
5.3.2.1	Tubo isolante de espuma elastomérica para tubo de cobre - Espessura 20 mm - Ø 5/8" - Mod. de referência: Armaflex AF – Fornecimento e instalação	M	66				
5.3.2.2	Tubo isolante de espuma elastomérica para tubo de cobre - Espessura 22 mm - Ø 3/4" - Mod. de referência: Armaflex AF – Fornecimento e instalação	M	70				



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

Item	Descrição	Und.	Quant.	Marca/ Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Unitário com BDI (R\$)	Valor Total (R\$)
5.3.2.3	Tubo isolante de espuma elastomérica para tubo de cobre - Espessura 24 mm - Ø 1 1/8" - Mod. de referência: Armaflex AF – Fornecimento e instalação	M	70				
5.3.2.4	Tubo isolante de espuma elastomérica para tubo de cobre - Espessura 25 mm - Ø 1 3/8" - Mod. de referência: Armaflex AF – Fornecimento e instalação	M	66				
5.4	REDE ELÉTRICA E DE COMANDO						
5.4.1.1	Instalações elétricas para sistema de ar condicionado tipo Splitão, incluindo quadro de alimentação com dispositivos de comando e proteção, infraestrutura elétrica, cabearamento de força e de comando, elementos de fixação e demais acessórios conforme especificações técnicas - Fornecimento e instalação	UN	1				
Total sem BDI (R\$)							
Total do BDI(R\$)							
Total do item único(COM BDI)(R\$)							

O(s) preço(s) registrado(s) na forma expressa no sistema eletrônico e nesta proposta incluem todos os custos e todas as despesas, diretas e indiretas, para entrega e instalação dos equipamentos e prestação dos serviços do objeto para a Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

Declaramos que o item constante desta proposta corresponde exatamente às especificações e às condições de execução dos serviços descritas no Edital, às quais aderimos formalmente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (por extenso) dias (observar o disposto no Edital).

PRAZO DE GARANTIA DO OBJETO: _____ (por extenso) meses (observar o disposto no Termo de Referência).

PRAZO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO DO OBJETO E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: _____ (por extenso) dias (observar o disposto no Termo de Referência e no cronograma físico-financeiro do Anexo 9).

Declaramos que seremos responsáveis pelo descarte ambientalmente adequado de todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços contratados – incluindo consumíveis, peças substituídas, embalagens e demais materiais – em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente a Lei n. 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), a Lei n. 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a NBR 10.004 (classificação de resíduos sólidos).

Declaramos que os equipamentos a serem fornecidos utilizarão fluidos refrigerantes com baixo potencial de aquecimento global (GWP) e baixo ou nulo potencial de destruição da camada de ozônio (ODP), conforme previsto no Termo de Referência.

Declaramos que apresentaremos, no momento da assinatura do contrato, as planilhas contendo os quantitativos e os custos unitários, bem como o detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), quando aplicável, devidamente ajustadas ao valor final da proposta vencedora, nos termos do art. 56, §5º, da Lei nº 14.133/2021, seguindo o modelo elaborado pela Câmara dos Deputados.

Declaramos que os equipamentos ofertados, caso necessário, receberão atendimento de garantia na rede de assistência autorizada pelo fabricante.

Declaramos que disponibilizaremos instalações, equipamentos e pessoal técnico adequados para realização do objeto da presente licitação.

Declaramos que informaremos os preços unitários dos equipamentos, das peças e dos demais componentes que integram o objeto da licitação sempre que solicitado pela Câmara dos Deputados, para fins de registro patrimonial.

Declaramos que o objeto ofertado segue todas as prescrições técnicas contidas nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO	
Nome do signatário	
Cargo	
Qualificação (naturalidade e domicílio)	
OBS.: O signatário deve possuir poderes de administração estabelecidos em contrato social e/ou possuir procuração com poderes para assinar contratos em nome da empresa. A documentação comprobatória deverá ser encaminhada quando da assinatura do Contrato.	

Brasília, de de 2026.

Assinatura do representante legal da empresa

Nome do representante legal da empresa

Brasília, 29 de abril de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

ANEXO 3
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Processo n.

Pregão Eletrônico:

Contrato n.

OBJETO

CONTRATANTE:

Denominação/Nome por extenso: CÂMARA DOS DEPUTADOS		
CNPJ/MF: 00.530.352/0001-59		
Endereço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N. EDIFÍCIO ANEXO I 13º ANDAR		
Cidade: BRASÍLIA	UF: DF	CEP: 70160-900
Nome do Responsável:		
Cargo/Função:		

CONTRATADA:

Denominação/Nome por extenso:		
CNPJ/MF:		
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Nome do Representante Legal:		
Cargo:		

DADOS DO CONTRATO

Data da Proposta:	Data de assinatura:	Data de vigência:
Preço:		
Nota(s) de Empenho:		

As partes, acima identificadas, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 14.133/2021, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI; no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 206/2021, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO; e com o Edital da licitação acima referenciada e seus Anexos, daqui por diante denominado EDITAL, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de implementação de sistema de ar-condicionado baseado em condicionadores de ar do tipo “Splitão”, envolvendo fornecimento de materiais e equipamentos, novos e para primeiro uso; montagem, instalação, colocação em operação, balanceamento e testes; treinamento; manutenção e operação do novo sistema até a sua entrega definitiva, com garantia de funcionamento pelo período mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as quantidades e especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e com as demais exigências e condições expressas no referido instrumento e neste Contrato.

1.2. Vinculam esta contratação, para todos os efeitos e independentemente de transcrição:

- a) O Edital da licitação;
- b) O Termo de Referência anexo ao Edital;
- c) A Ata da Sessão Pública;
- d) A Proposta da CONTRATADA;
- e) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O presente Contrato terá vigência de **23 (vinte e cinco) meses**, conforme datas definidas na Folha de Rosto, na forma do artigo 105 da LEI, observado o seguinte:

ETAPAS	PRAZOS
Assinatura	Início da vigência
Emissão da Ordem de Serviço	Até 120 dias
Entrega e instalação dos equipamentos e prestação dos serviços, incluindo testes, entrega da documentação técnica e treinamento	200 dias (do recebimento da Ordem de Serviço)
Teste de disponibilidade / funcionamento ininterrupto dos sistemas	Período mínimo de 30 (trinta) dias de funcionamento ininterrupto, contado da entrada em operação dos sistemas
Recebimento Provisório	Até 10 (dez) dias, contados da conclusão da instalação e da entrada em operação dos sistemas
Recebimento Definitivo	Até 20 (vinte) dias, contados do término do período mínimo de funcionamento ininterrupto dos sistemas
Garantia de Funcionamento	Mínimo de 12 (doze) meses
TOTAL	Aproximadamente 23 (vinte e três) meses



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste instrumento.

3. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

3.1. O presente Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

3.2. Quando a não conclusão do objeto no prazo estipulado decorrer de culpa da CONTRATADA, poderá a CONTRATANTE optar pela extinção unilateral deste Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

3.2.1. A decisão levará em consideração o novo prazo de entrega ou novo cronograma sugerido pela CONTRATADA.

3.2.2. Independentemente da extinção contratual, a CONTRATADA ficará constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas.

3.3. O presente Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da LEI, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

3.3.1. Nessa hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma LEI.

3.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA não ensejará a extinção, se não restringir sua capacidade de conclusão do Contrato.

3.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

3.5. O presente Contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade da CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da LEI).

3.5.1. O Contrato poderá, ainda, ser extinto no caso de ocorrência das demais situações previstas no art. 14 da LEI.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

4. DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e as condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam do Termo de Referência anexo ao EDITAL.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação para execução do objeto contratual.

6. DO PREÇO

6.1. No valor da contratação estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes estão definidos no Termo de Referência anexo ao EDITAL.

8. DO REAJUSTE

8.1. A cada período de 12 (doze) meses de vigência deste Contrato, poderá ser admitido, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da avença, reajuste de preços, utilizando-se o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), fornecido pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV), ou, caso esse índice venha a ser extinto, o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

8.2. Para a definição do percentual de reajuste, será observada a variação acumulada do índice no interregno de 1 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado.

8.3. O reajuste de preços atingirá as parcelas deste Contrato que já deveriam ter sido concluídas, mas que, por atrasos causados exclusivamente pela CONTRATANTE, ou por motivos por ela aceitos formalmente, continuarem a ser executadas em período excedente à anualidade prevista no item 8.1 deste Título.

8.4. O reajuste será precedido de solicitação da CONTRATADA, observado o seguinte:

- a) O pedido deverá indicar o percentual de reajuste pleiteado, detalhando o período de variação acumulada do índice, limitado a 12 (doze) meses;
- b) O pedido deverá ser apresentado à Coordenação de Contratos da CONTRATANTE, por meio do e-mail contratos@camara.leg.br;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

- c) A CONTRATADA deverá solicitar o reajuste dos preços deste Contrato em até 6 (seis) meses da data em que adquirir o direito ou até a data do encerramento do contrato vigente, sob pena de preclusão do direito de reajustar.

8.5. Os efeitos financeiros retroagirão à data em que a CONTRATADA adquirir o direito ao reajuste, nos termos do item 8.1 deste Título.

8.6. O reajuste poderá ser formalizado por apostilamento.

8.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7.1. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. A solicitação de reajuste será respondida pela CONTRATANTE, preferencialmente, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados do protocolo do pedido junto à Coordenação de Contratos, acompanhado de toda a documentação e de todas as informações necessárias.

8.8.1. O prazo estabelecido neste item 8.8 não se aplica aos casos em que o pedido de reajuste tramitar em conjunto com a prorrogação da contratação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o presente Contrato;
- b) Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- f) Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

- g) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia da Câmara dos Deputados para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- h) Emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. Concluída a instrução do requerimento, a CONTRATANTE terá o prazo de 60 (sessenta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- i) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, não decorrentes de reajustamento em sentido estrito, preferencialmente no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contado da data do protocolo do pedido completo junto à Coordenação de Contratos, com os respectivos documentos comprobatórios, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- j) Notificar, quando for o caso, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.1.1. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da LEI) e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados;
- b) Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução, por exigência da Unidade Responsável, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste Contrato, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

- d) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, apresentar à CONTRATANTE, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 3) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- e) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto deste Contrato;
- f) Comunicar, verbal e imediatamente, ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual, reduzir a escrito a comunicação verbal **em até 2 (dois) dias úteis após o ocorrido**, acrescentando todos os dados e todas as circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos e entregar o termo ao Fiscal do contrato;
- g) Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- h) Manter, durante toda a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- i) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato;
- j) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- k) Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE;
- l) Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
 - i. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

- m) Observar a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, no âmbito administrativo da CONTRATANTE, nos termos da Portaria n. 162/2024 (Diretoria-Geral), e dar ciência da referida Norma aos seus empregados.

10.2. Além do estatuído no EDITAL e neste Contrato, a CONTRATADA cumprirá as instruções complementares da Unidade Responsável, quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de seus empregados nos locais de execução dos serviços.

10.3. Para o pessoal em serviço será exigido o porte de cartão de identificação, a ser fornecido pela prestadora dos serviços ou, no interesse administrativo, pelo Departamento de Polícia Legislativa.

10.4. Os empregados da CONTRATADA, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas internas ou convencionais da CONTRATANTE, não terão com ela qualquer vínculo empregatício ou de subordinação.

10.5. A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como Correclamada.

10.6. A CONTRATADA deverá atender às disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho.

10.6.1. A CONTRATADA deverá, durante o desenvolvimento das atividades, adotar todas as medidas de controle para evitar a ocorrência de acidentes com os seus trabalhadores, bem como de terceiros não envolvidos na atividade.

10.6.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE Análise Preliminar de Risco (APR), com identificação das atividades a serem executadas e os riscos envolvidos, assim como as medidas de controle a serem adotadas. A APR deverá ser analisada pela fiscalização antes do início das atividades objeto deste Contrato.

10.6.3. Na hipótese de produção de poeiras e/ou odores tóxicos, oriundos das atividades realizadas, a CONTRATADA deverá adotar medidas de exaustão cabíveis e eficazes para que não haja perturbação ao normal funcionamento das demais atividades na CONTRATANTE.

10.6.4. A CONTRATADA deverá fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) específicos e necessários para as atividades que serão desenvolvidas, bem como fiscalizar o uso durante as atividades, responsabilizando-se integralmente pela segurança de seus funcionários.

10.6.5. A CONTRATADA deverá utilizar ferramentas e equipamentos em condições adequadas e em conformidade com as normas aplicáveis.

10.6.6. A CONTRATADA é responsável pela execução de todos os treinamentos previstos em Normas Regulamentadoras aplicáveis à atividade contratada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

10.6.7. A CONTRATADA deverá estocar e armazenar os materiais necessários à pronta execução dos trabalhos de forma a não: prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais; obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio. Caso haja dúvida quanto à correta disposição dos materiais/equipamentos, a CONTRATADA deverá fazer contato com a fiscalização da CONTRATANTE para que sejam dadas as devidas diretrizes e orientações.

10.6.8. A CONTRATADA deverá manter o ambiente de trabalho limpo e organizado durante a prestação de serviços nas dependências da CONTRATANTE.

10.6.9. Todos os serviços deverão ser realizados de acordo com as normas técnicas e de segurança vigentes.

10.6.10. Quando a CONTRATADA executar trabalho em altura, nos termos da NR 35, e utilizar equipamentos para execução desses trabalhos, deverá cumprir as seguintes exigências, no que for cabível:

10.6.10.1. Montagem de andaime tubular:

10.6.10.1.1. Os andaimes devem atender aos requisitos do item 18.12.1 da NR 18, sem prejuízo ao atendimento de requisitos previstos em outras normas.

10.6.10.1.2. Instalar e utilizar linhas de vida adequadas.

10.6.10.1.3. A superfície de trabalho do andaime deve ser resistente, ter forração completa, ser antiderrapante, nivelada e possuir travamento que não permita seu deslocamento ou desencaixe.

10.6.10.1.4. O andaime deve possuir até 5 (cinco) anos de fabricação e estar em perfeitas condições de funcionamento, sem avarias e/ou ferrugem.

10.6.10.1.5. O andaime tubular deve possuir montantes e painéis com travamento contra o desencaixe acidental.

10.6.10.1.6. Disponibilizar e fiscalizar a utilização de todos os Equipamentos de Proteção individual (EPI) necessários e adequados ao risco da atividade em altura.

10.6.10.1.7. Disponibilizar pessoal treinado, mediante comprovação, para trabalhos em altura (NR-35) e apto em trabalho em altura, comprovado por meio de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) específico.

10.6.10.2. Montagem e uso de outros equipamentos (escadas etc.):

10.6.10.2.1. Utilizar equipamentos em condições adequadas e em conformidade com as normas aplicáveis.

10.6.10.2.2. Instalar e utilizar linhas de vida adequadas.

10.6.10.2.3. Disponibilizar e fiscalizar a utilização de todos os Equipamentos de Proteção individual (EPI) necessários e adequados ao risco da atividade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

10.6.10.2.4. Disponibilizar pessoal treinado, mediante comprovação, para trabalhos em altura (NR-35) e apto em trabalho em altura, comprovado por meio de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) específico.

10.7. A CONTRATADA se compromete a adotar e utilizar solução tecnológica que venha a ser disponibilizada pela CONTRATANTE, sem gerar custos adicionais diretos para a CONTRATADA, para mensuração, controle e/ou monitoramento da produtividade da execução contratual.

10.8. Caberá à CONTRATADA providenciar, junto ao CREA/DF, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa aos serviços objeto deste Contrato, de acordo com a legislação vigente, no **prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data da confirmação do recebimento da Ordem de Serviço.**

10.9. A CONTRATADA deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n. 13.709/2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Contrato.

10.10. A CONTRATADA deverá conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.11. A CONTRATADA deverá submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.12. A CONTRATADA não deverá permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.13. A CONTRATADA não deverá contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor deste Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da LEI.

10.14. Caberá à CONTRATADA, ao término de todas as manutenções, a critério da Unidade Responsável, a remoção e a destinação ambientalmente adequada de peças, componentes e produtos a serem descartados que sejam classificados como “lixo especial”, ou seja, que por suas características não possam ser descartados junto com o lixo tradicional ou com materiais recicláveis.

10.14.1. Ficará a cargo da CONTRATADA, quando for o caso, a comprovação do encaminhamento dos produtos pós-uso, originários da contratação, para o respectivo fabricante ou importador responsável ou para destinação ambientalmente adequada, sujeita à fiscalização e verificação de sua validade.



11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia de execução deste Contrato.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e de ampla defesa, respeitando os princípios da legalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade e da indisponibilidade e supremacia do interesse público, conforme o disposto na LEI e no REGULAMENTO.

12.2. Serão consideradas infrações administrativas, nos termos da LEI e do REGULAMENTO:

- a) dar causa à inexecução parcial deste Contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano à CONTRATANTE, ao funcionamento dos seus serviços ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total deste Contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução deste Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

12.3. Serão aplicadas à CONTRATADA quando incorrer nas infrações descritas no item anterior as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa:
 - i. moratória;
 - ii. compensatória;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, direta e indireta, em âmbito nacional, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

12.3.1. Na aplicação das sanções serão considerados, conforme REGULAMENTO:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE, para o funcionamento dos seus serviços ou para o interesse coletivo;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.3.2. No processamento das sanções, primeiro serão consideradas as circunstâncias atenuantes seguidas das agravantes.

12.3.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

12.3.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

12.4. Advertência

12.4.1. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme REGULAMENTO:

- a) inexecução parcial de obrigação, desde que não tenha havido dano à CONTRATANTE, ao funcionamento dos seus serviços ou ao interesse coletivo, que justifique a aplicação de sanção mais gravosa;
- b) descumprimento de pequena relevância, assim considerados aqueles que não impactam objetivamente na execução deste Contrato e não causem prejuízos à CONTRATANTE;
- c) previamente à aplicação da primeira ocorrência das sanções previstas nos subitens 1.1 a 1.3 e 1.5 da tabela constante do subitem 12.5.2 deste Título.

12.5. Multas de Mora e Compensatória

12.5.1. O atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE para conclusão dos serviços ou etapa sujeitará a CONTRATADA às seguintes multas, calculadas sobre o valor total da etapa não concluída:

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

12.5.1.1. A CONTRATADA será também considerada em atraso se executar os serviços em desacordo com as especificações e não os refizer dentro do período remanescente do prazo fixado na proposta.

12.5.1.2. A aplicação de multa de mora não impedirá que a CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral deste Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no presente instrumento.

12.5.2. Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas não justificadas ou se a CONTRATANTE julgar as justificativas improcedentes, poderão ser impostas à CONTRATADA, ainda, multas por infração cometida, não podendo, cada uma delas, ser inferior a 0,5% ou superior a 30% do valor anual deste Contrato, ou do valor total, se por escopo, observados, sempre, a reprovabilidade da conduta da CONTRATADA, dolo ou culpa e sopesados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com a seguinte tabela:

INFRAÇÃO	PERCENTUAL (sobre o valor total deste Contrato)
1. DEIXAR DE:	
1.1. Entregar plano de execução dos serviços, ART ou documentação técnica exigida, por dia de atraso	0,1%
1.2. Corrigir ou adotar procedimento determinado pela fiscalização na execução dos serviços, por evento	0,2%
1.3. Adotar as providências necessárias para a solução de ocorrências abrangidas pela garantia de funcionamento no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, por dia de atraso	0,2%
1.4. Utilizar componentes novos, de primeiro uso, originais dos fabricantes ou de fornecedores por esse autorizados, por ocorrência e por dia de atraso	0,2%



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

INFRAÇÃO	PERCENTUAL (sobre o valor total deste Contrato)
1.5. Cumprir exigência ou obrigação contratual, ou legal, ou incorrer em qualquer outra falta para a qual não se previu multa diversa, por ocorrência	0,1%
2. Remover equipamento, peça ou componente das dependências da Contratante, sem expressa autorização da Coordenação de Patrimônio do Departamento de Material e Patrimônio ou não comunicar a devolução, por equipamento, peça ou componente	0,1%
3. DEIXAR DE:	PERCENTUAL (sobre o valor unitário do equipamento)
3.1. Substituir equipamento, na forma do disposto da garantia de execução deste Contrato, por equipamento e por dia de atraso	1%

12.5.3. A sanção de multa compensatória poderá ser reduzida ou aumentada, em conformidade com o disposto no REGULAMENTO.

12.5.4. Na hipótese de inexecução total do Contrato e/ou abandono da contratação, a qualquer tempo, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor remanescente deste Contrato, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

12.5.4.1. Considerar-se-á inexecução total deste Contrato a recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada.

12.6. A penalidade de **impedimento de licitar e contratar com a União** será proposta pela prática das seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano à CONTRATANTE, ao funcionamento de seus serviços ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total deste Contrato;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

12.6.1. A sanção base será de 6 (seis) meses, sendo acrescidos 6 (seis) meses por agravante constatada, limitado ao máximo de 3 (três) anos.

12.6.2. A penalidade será reduzida em 1/3 (um terço) por atenuante constatada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

12.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta, em âmbito nacional, será aplicada pela prática das seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução deste Contrato;
- b) praticar ato fraudulento na execução deste Contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013;
- f) nas condutas previstas no item anterior, quando se justificar a imposição da penalidade mais gravosa.

12.8. As circunstâncias consideradas atenuantes e agravantes, bem como as hipóteses de reabilitação e da desconsideração da personalidade jurídica estão dispostas no REGULAMENTO.

12.9. O valor da multa aplicada ou das indenizações cabíveis será, nesta ordem:

- a) descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes do presente Contrato ou de contratos diversos entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;
- b) recolhido por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU);
- c) desconto de eventual garantia prestada, sem prejuízo da cobrança do valor remanescente.

12.9.1. Inexistindo pagamentos devidos pela CONTRATANTE, a CONTRATADA será notificada para proceder ao recolhimento do respectivo valor por intermédio de GRU.

12.9.2. Esgotado o prazo de pagamento da GRU, havendo garantia prestada na forma do Título 11 deste Contrato, será a seguradora ou a fiadora notificada para proceder ao pagamento dos valores devidos ou, conforme o caso, será levantado o valor caucionado ou serão resgatados os títulos da dívida pública ou títulos de capitalização.

12.9.3. A compensação total ou parcial dos débitos de que trata este item 12.9, com os créditos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de contratos diversos, poderá ser formalizada de ofício pela CONTRATANTE ou mediante requerimento do interessado, acompanhado da relação de contratos vigentes que serão objeto de compensação.

12.10. Os atos previstos como infrações na LEI, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida LEI.

12.11. As sanções aplicadas serão registradas pela CONTRATANTE, para fins de publicidade:

- a) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);
- b) nos cadastros instituídos no âmbito do Poder Executivo;
- c) no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), nos casos das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade.

12.11.1. O prazo para registro das penalidades será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção.

12.12. Para a garantia da ampla defesa e do contraditório da CONTRATADA, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.12.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa com a execução do presente Contrato correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 01.031.0034.4061.5664 - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Administração Legislativa
- Natureza da Despesa:
 - 4.0.00.00 – Despesas de Capital
 - 4.4.00.00 – Investimentos
 - 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
 - 4.4.90.51 – Obras e Instalações

14. DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na LEI, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

15. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da LEI.

15.1.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.

15.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.

15.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da LEI.

16. DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como disponibilizá-lo na seção de transparência no sítio oficial da Câmara dos Deputados, nos termos da LEI.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, realizando o tratamento de dados pessoais disponibilizados pelas partes, em meios físicos ou digitais, em consonância e em cumprimento das disposições preconizadas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Lei n. 13.709/2018, regulamentada na Câmara dos Deputados pelo Ato da Mesa n. 152/2020, assim como atenderão a suas respectivas atualizações e aos padrões aplicáveis em seu segmento, vinculadas às disposições anexas ao EDITAL.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para **decidir demandas judiciais** decorrentes do cumprimento deste Contrato.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília, de de 2026.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

Pela CONTRATANTE:
Mauro Limeira Mena Barreto
Diretor Administrativo

Pela CONTRATADA:
(nome)
(cargo)

Brasília, 29 de abril de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

ANEXO 4
MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO
ORDEM DE SERVIÇO

À _____

(identificação da Contratada)

A/C do(a) Senhor(a): _____

1. Solicitamos a entrega e instalação dos equipamentos e a prestação dos serviços a seguir descritos:

Item	Descrição	Quant.	Un.	Local

2. Prazo de entrega e instalação dos equipamentos e de execução dos serviços: _____ dias, contados da data da confirmação do recebimento desta Ordem de Serviço.

3. A presente Ordem de Serviço é feita com observância das cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico 90043/2026, do Contrato n. ____/____ e da proposta da Contratada, datada de ____/____/____.

4. As despesas decorrentes desta Ordem de Serviço correm por conta da Nota de Empenho n. ____/____.

Ordem de Serviço encaminhada em:

____/____/____

às ____ h

Pela Câmara dos Deputados

Nome do Servidor: _____

Ponto do Servidor: _____

Departamento: _____

Ordem de Serviço recebida em:

____/____/____

às ____ h

Pela Contratada

Nome: _____

OBSERVAÇÕES A CARGO DA COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA DE EQUIPAMENTOS

Identificação do responsável pelas observações

Informações adicionais sobre esta Ordem de Serviço: telefone *(a ser preenchido no momento da emissão da OS)*

Brasília, 29 de abril de 2026.

(Assinado eletronicamente)

Daniel de Souza Andrade

Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

ANEXO 5 - A
MODELO DE TERMO DE VISTORIA

TERMO DE VISTORIA

Declaramos _____ que o(a) Sr(a) _____, representante da empresa _____, CNPJ _____, onde ocupa o cargo de _____, vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento integral das condições de execução desses, assim como de todos os detalhes técnicos dos projetos, referentes ao Pregão Eletrônico 90043/2026, cujo objeto é a prestação de serviços de implementação de sistema de ar-condicionado baseado em condicionadores de ar do tipo "Splitão", envolvendo fornecimento de materiais e equipamentos, novos e para primeiro uso; montagem, instalação, colocação em operação, balanceamento e testes; treinamento; manutenção e operação do novo sistema até a sua entrega definitiva, com garantia de funcionamento pelo período mínimo de 12 (doze) meses, para fins de participação no referido processo licitatório.

(PARA USO DA COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA DE EQUIPAMENTOS)

Brasília, DF, ____ de _____ de 20__.

Nome e ponto do servidor

Nome e ponto do servidor

Brasília, 29 de abril de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

ANEXO 5 - B
MODELO DE ATESTE

Eu, _____, representante legal da empresa _____, CNPJ: _____, atesto que conheço o local e as condições de realização do serviço referente ao Pregão Eletrônico 90043/2026, cujo objeto é a prestação de serviços de implementação de sistema de ar-condicionado baseado em condicionadores de ar do tipo “Splitão”, envolvendo fornecimento de materiais e equipamentos, novos e para primeiro uso; montagem, instalação, colocação em operação, balanceamento e testes; treinamento; manutenção e operação do novo sistema até a sua entrega definitiva, com garantia de funcionamento pelo período mínimo de 12 (doze) meses, para fins de participação no referido processo licitatório.

Brasília, DF, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do representante legal da empresa

Brasília, 29 de abril de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

ANEXO 5 – C
MODELO DE DECLARAÇÃO

Eu, _____, responsável técnico da empresa _____, CNPJ _____, declaro que conheço plenamente as condições e peculiaridades da contratação referente ao Pregão Eletrônico 90043/2026, cujo objeto é a prestação de serviços de implementação de sistema de ar-condicionado baseado em condicionadores de ar do tipo “Splitão”, envolvendo fornecimento de materiais e equipamentos, novos e para primeiro uso; montagem, instalação, colocação em operação, balanceamento e testes; treinamento; manutenção e operação do novo sistema até a sua entrega definitiva, com garantia de funcionamento pelo período mínimo de 12 (doze) meses, para fins de participação no referido processo licitatório.

Brasília, DF, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do responsável técnico da empresa

Brasília, 29 de abril de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

ANEXO 6
ORÇAMENTO ESTIMADO

Integra o Edital o arquivo em Excel que constitui este Anexo, disponível nos sítios eletrônicos:

www.gov.br/pncp/pt-br e
<http://www2.camara.leg.br/transparencia/licitacoes/editais/pregaoeletronico.html>

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
ÚNICO	INSTALAÇÃO/MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE AR CONDICIONADO	SV	1	705.365,99	705.365,99

Observação: Os preços unitários constantes deste Anexo, inclusive aqueles discriminados na planilha eletrônica que o integra, correspondem aos valores máximos aceitáveis.

Brasília, 29 de abril de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

ANEXO 6-A
NOTAS EXPLICATIVAS

Com base nos termos da Súmula TCU 253 e do Acórdão TCU n. 2.340/2024-Plenário, foi aplicada a redução do percentual do BDI para os materiais descritos **nos subitens do item 5.1.1 da tabela** do Detalhamento do Item Único do Orçamento Estimado Anexo, conforme o seguinte:

Composição do BDI reduzido de 19,20% para os subitens do item 5.1.1 da tabela do Detalhamento do Item Único

COMPOSIÇÃO DA TAXA DE CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - BDI REDUZIDO		
APLICAÇÃO: Equipamentos SPLITÃO		Percentuais
Custos Indiretos da Contratada		3,67%
A	Administração Central - Inclui despesas para o atendimento às exigências da NR-04	1,50%
B	Seguros, Garantias e Riscos	2,17%
Lucro		2,50%
A	Lucro Real sobre os Custos Administrados	2,50%
Despesas Financeiras		2,47%
A	Cálculo Baseado no Prazo para a Restituição dos Desembolsos Realizados pelo Contratado e na Taxa de Retorno Arbitrada	2,47%
A.1	Dias Úteis Considerados	44
A.2	Taxa de Retorno	15,00%
Impostos - Tributos Federais		3,65%
A	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3,00%
B	Programa de Integração Social - PIS	0,65%
C	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB	0,00%
Impostos - Tributos Distritais		5,00%
A	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS	5,00%
SOMATÓRIO - BDI		19,20%



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

Composição do BDI normal de 24,71% para os demais itens/subitens da tabela do Detalhamento do Item Único do objeto:


COMPOSIÇÃO DA TAXA DE CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - BDI NORMAL		
APLICAÇÃO: Todos os serviços, exceto do grupo 05.01.01		Percentuais
Custos Indiretos da Contratada		5,67%
A	Administração Central - Inclui despesas para o atendimento às exigências da NR-04	3,50%
B	Seguros, Garantias e Riscos	2,17%
Lucro		6,50%
A	Lucro Real sobre os Custos Administrados	6,50%
Despesas Financeiras		1,23%
A	Cálculo Baseado no Prazo para a Restituição dos Desembolsos Realizados pelo Contratado e na Taxa de Retorno Arbitrada	1,23%
A.1	Dias Úteis Considerados	22
A.2	Taxa de Retorno	15,00%
Impostos - Tributos Federais		3,65%
A	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3,00%
B	Programa de Integração Social - PIS	0,65%
C	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB	0,00%
Impostos - Tributos Distritais		5,00%
A	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS	5,00%
SOMATÓRIO - BDI		24,71%



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

TABELA DOS ENCARGOS SOCIAIS

 CÂMARA DOS DEPUTADOS		PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA - MENSALISTA	
DEPARTAMENTO TÉCNICO		SEM DESONERAÇÃO	FONTE: SINAPI, DEZ/2024
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		Providências frente ao calor extremo do Parque Gráfico	
ENGENHARIA DE CUSTOS		Data: março de 2025	Processo:
		Local: Câmara dos Deputados	1.530.433/2023
GRUPO A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS		87,80 %
A.1	Previdência Social (INSS)		20,00 %
A.2	Serviço Social da Indústria (SESI)		1,50 %
A.3	Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria (SENAI)		1,00 %
A.4	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)		0,20 %
A.5	Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE)		0,50 %
A.6	Salário Educação		2,50 %
A.7	Seguro contra os Riscos de Acidentes do Trabalho (SAT)		3,00 %
A.8	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		8,00 %
A.9	SECONCI		1,00 %
GRUPO B	ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM AS INCIDÊNCIAS DE A		16,78 %
B.1	Repouso Semanal Remunerado (não considerado para mensalistas)		0,00 %
B.2	Feriados (não considerado para mensalistas)		0,00 %
B.3	Auxílio Enfermidade		0,65 %
B.4	13º Salário		8,33 %
B.5	Licença Paternidade		0,05 %
B.6	Faltas Justificadas		0,56 %
B.7	Dias de Chuva		0,00 %
B.8	Auxílio Acidente de Trabalho		0,07 %
B.9	Férias Gozadas		6,10 %
B.10	Salário Maternidade		0,03 %
GRUPO C	ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM AS INCIDÊNCIAS DE A		10,34 %
C.1	Aviso Prévio Indenizado		3,24 %
C.2	Aviso Prévio Trabalhado		0,08 %
C.3	Férias Indenizadas		4,17 %
C.4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa		2,58 %
C.5	Indenização Adicional		0,27 %
GRUPO D	TAXAS DAS REINCIDÊNCIAS E OUTROS		8,28 %
D.1	Reincidência do Grupo A sobre o Grupo B		5,97 %
D.2	Reincidência do Grupo A sobre o Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,29 %
TOTAL DAS LEBI SOCIAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			70,18 %



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

CÂMARA DOS DEPUTADOS		PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA - HORISTA	
DEPARTAMENTO TÉCNICO COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA ENGENHARIA DE CUSTOS		SEM DESONERAÇÃO	FONTE: SINAPI, DEZ/2024
		Providências frente ao calor extremo do Parque Gráfico	
		Data: março de 2025	Processo:
		Local: Câmara dos Deputados	1.530.433/2023
GRUPO A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS		87,80 %
A.1	Previdência Social (INSS)		20,00 %
A.2	Serviço Social da Indústria (SESI)		1,50 %
A.3	Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria (SENAI)		1,00 %
A.4	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)		0,20 %
A.5	Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE)		0,60 %
A.6	Salário Educação		2,50 %
A.7	Seguro contra o Riscos de Acidentes do Trabalho (SAT)		3,00 %
A.8	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		8,00 %
A.9	SECONCI		1,00 %
GRUPO B	ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM AS INCIDÊNCIAS DE A		42,80 %
B.1	Repouso Semanal Remunerado		17,73 %
B.2	Feriados		3,40 %
B.3	Auxílio Enfermidade		0,83 %
B.4	13º Salário		10,68 %
B.5	Licença Maternidade		0,06 %
B.6	Faltas Justificadas		0,71 %
B.7	Dias de Chuva		1,26 %
B.8	Auxílio Acidente de Trabalho		0,09 %
B.9	Férias Gozadas		7,81 %
B.10	Salário Maternidade		0,03 %
GRUPO C	ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM AS INCIDÊNCIAS DE A		13,24 %
C.1	Aviso Prévio Indenizado		4,15 %
C.2	Aviso Prévio Trabalhado		0,10 %
C.3	Férias Indenizadas		5,34 %
C.4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa		3,30 %
C.5	Indenização Adicional		0,35 %
GRUPO D	TAXAS DAS REINCIDÊNCIAS E OUTROS		16,47 %
D.1	Reincidência do Grupo A sobre o Grupo B		16,10 %
D.2	Reincidência do Grupo A sobre o Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,37 %
TOTAL DAS LEB SOCIAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			110,11 %

Brasília, 29 de abril de 2026.

(Assinado eletronicamente)

Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



ANEXO 7

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, realizando o tratamento de dados pessoais disponibilizados pelas partes, em meios físicos ou digitais, em consonância e em cumprimento das disposições preconizadas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, regulamentada na Câmara dos Deputados pelo Ato da Mesa n. 152, de 16 de dezembro de 2020, assim como atenderão a suas respectivas atualizações e os padrões aplicáveis em seu segmento, vinculadas às seguintes disposições:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á exclusivamente de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 e do artigo 23 da Lei n. 13.709, de 2018, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do **CONTRATO**, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Agência Nacional de Proteção de Dados;
- b) A **CONTRATADA** compromete-se a tratar todos os dados pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público, devendo observar requisitos e práticas de segurança da informação para garantir a confidencialidade dos dados pessoais, inclusive no seu armazenamento, transmissão ou compartilhamento;
- c) Caso seja necessário coletar dados pessoais não abrangidos pelo item 1 e não previamente informados pela **CONTRATANTE**, indispensáveis para o atendimento de eventual demanda específica decorrente do **CONTRATO**, a coleta deverá ser realizada mediante a prévia autorização do Encarregado de Proteção de Dados da Câmara dos Deputados, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção do consentimento dos titulares;
- d) Nas hipóteses em que a **CONTRATADA** (operadora), por força de suas atividades, tenha que repassar dados pessoais para tratamento de outra empresa/entidade (suboperadora), obtidos em razão deste contrato, deve obter autorização formal da **CONTRATANTE**, responsabilizando-se ambas (operadora e suboperadora) de forma solidária, na forma do art. 42, §1º, I da Lei n. 13.709, de 2018;
- e) As partes devem permitir aos titulares o acesso aos seus respectivos dados pessoais, bem como a promover alterações e cancelamentos e conceder informações quanto ao tratamento, quando solicitado expressamente;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

- f) Não ocorrerá transferência da propriedade ou controle dos dados pessoais pela **CONTRATADA**, sendo que os dados eventualmente gerados, obtidos ou coletados na execução contratual serão de propriedade dos respectivos titulares, sendo vedado o compartilhamento ou a comercialização de quaisquer elementos de dados, produtos ou subprodutos que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de dados pessoais, exceto para o caso de dados anonimizados, mediante expressa e específica autorização do Controlador;
- g) As partes não fornecerão ou compartilharão, em qualquer hipótese, dados pessoais sensíveis de seus colaboradores, prestadores de serviços e/ou terceiros, salvo se expressamente solicitado por uma parte à outra, caso o objeto do **CONTRATO** justifique o recebimento de tais dados pessoais sensíveis, estritamente para fins de atendimento de legislação aplicável;
- h) As partes informarão e instruirão os seus colaboradores, prestadores de serviços e/ou terceiros sobre o tratamento dos dados pessoais, observando todas as condições deste Termo, nunca cedendo ou divulgando tais dados a terceiros, salvo se expressamente autorizado pelo titular, por força de lei ou por determinação judicial; e garantindo a privacidade e a confidencialidade dos dados pessoais, mantendo controle rigoroso de acesso;
- i) A **CONTRATADA** deverá implementar e manter controles e procedimentos específicos para detecção, coleta, registro, tratamento, preservação de evidências e resposta a incidentes de segurança da informação e de privacidade, bem como monitorar sua própria conformidade, de colaboradores, de prestadores de serviços e/ou de terceiros;
 - i.1) A **CONTRATADA** deverá, ainda, fornecer à **CONTRATANTE**, sempre que lhe seja solicitado, relatório de impacto à proteção de dados pessoais, inclusive de dados sensíveis, referente às operações de tratamento de dados pessoais que realizar, com análise e avaliação de riscos aos quais a Solução de TIC está exposta, bem como as medidas adotadas de salvaguarda e de mitigação de riscos, mormente em relação à proteção de dados pessoais, conforme metodologia indicada pela **CONTRATANTE**;
 - i.2) A **CONTRATADA** deverá apresentar outros relatórios, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, com informações como o “status” dos sistemas de processamento de dados pessoais, as medidas de segurança, o tempo de inatividade registrado das medidas técnicas de segurança, a conformidade estabelecida com as medidas organizacionais, eventuais violações de dados e/ou incidentes de segurança, as ameaças percebidas à segurança e aos dados pessoais e as melhorias exigidas e/ou recomendadas;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

- j) A **CONTRATANTE**, ou representantes por ela indicados, poderá acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade das obrigações de proteção de dados pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição de responsabilidade da **CONTRATADA**, podendo, ainda, notificar e fornecer informações, para atendimento em 48 (quarenta e oito) horas, sobre qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais ou contratuais relativas à proteção de dados pessoais, de qualquer violação de segurança ou de exposições/ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados pessoais, ou em período menor, se necessário, para atender a qualquer ordem judicial, de autoridade pública ou de regulador competente;
- k) A **CONTRATADA** corrigirá, completará, excluirá e/ou bloqueará os dados pessoais, quando solicitado pela **CONTRATANTE**, devendo, ainda, comunicar sobre reclamações e solicitações dos titulares de dados pessoais;
- l) A **CONTRATADA** manterá registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, bem como implementará medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação, transferência, difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente utilizado por ela (seja ele físico ou lógico) seja estruturados de forma a atender aos requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança, aos princípios gerais previstos na Lei n. 13.709, de 2018, e às demais normas regulamentares aplicáveis, para garantir, além da segurança, a confidencialidade e a integridade dos dados pessoais;
- m) A **CONTRATADA** deve informar à **CONTRATANTE** sobre qualquer incidente de segurança que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, relacionado ao presente instrumento, em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas do momento em que tomou conhecimento, por quaisquer meios, do respectivo incidente;
- n) A operadora excluirá, de forma irreversível, os dados pessoais retidos em seus registros, mediante solicitação da Controladora ou dos titulares dos dados, ressalvadas determinações legais ou judiciais;
- o) Os peticionamentos relacionados ao tratamento de dados serão endereçados à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados para apreciação do Encarregado de Proteção de Dados, através do correio eletrônico dadospessoais@camara.leg.br, e serão atendidos dentro de prazo razoável;
- p) Encerrada a vigência do instrumento contratual ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento dos dados pessoais coletados no decorrer da execução contratual, bem como daqueles disponibilizados pela **CONTRATANTE**, e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

digital ou físico), salvo quando a **CONTRATADA** tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal, ou outra hipótese determinada pela Lei n. 13.709, de 2018;

- q) O tratamento dos dados coletados, somente quando autorizado pela Controladora, poderá ser conservado pelo período de 5 (cinco) anos após o término do **CONTRATO**, com sua posterior eliminação, sendo autorizada sua conservação nas hipóteses descritas no artigo 16 da Lei n. 13.709, de 2018;
- r) Os sistemas que servirão de base para o armazenamento dos dados pessoais coletados devem seguir o conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação na Câmara dos Deputados e, subsidiariamente, no que couber, no Governo Federal;
- s) Independentemente do disposto em qualquer outra cláusula deste Termo, a **CONTRATADA** é a única responsável por todo e qualquer dano decorrente do descumprimento da Lei n. 13.709, de 2018, pela **CONTRATADA**, por seus colaboradores, prepostos, subcontratados, parceiros comerciais, empresas afiliadas ou qualquer agente ou terceiro a ela vinculado ou que atue em seu nome;
- t) Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste termo e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei n. 13.709, de 2018;
- u) Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Termo.

Brasília, 29 de abril de 2026.

(Assinado eletronicamente)

Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

ANEXO 8
ARQUIVO ANEXO

1. Integra este Edital, o arquivo Projeto de Ar Condicionado.pdf.
2. Cópia do arquivo relacionado neste Anexo está disponível nos sítios eletrônicos indicados a seguir: <https://www.camara.leg.br/licitacoes-e-contratos> e www.gov.br/pncp/pt-br.

Brasília, 29 de abril de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

ANEXO 9
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ETAPA	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL DE PAGAMENTO (sobre o valor total do contrato)	PRAZO DE EXECUÇÃO (em dias, contados da emissão da Ordem de Serviço)
1	Registro da ART no CREA	0%	5
2	Fornecimento do planejamento dos serviços	1,0%	30
3	Entrega dos equipamentos de ar condicionado	25%	120
4	Instalação dos equipamentos de ar condicionado	25%	150
5	Instalação do sistema de renovação de ar	2,0%	150
6	Instalação do sistema de difusão e distribuição de ar	25%	150
7	Balanceamento, inspeções e testes de operação	1,5%	180
8	Treinamento e entrega da documentação técnica	0,5%	200
9	Recebimento provisório	10%	210
10	Recebimento definitivo do objeto pela Câmara dos Deputados, inclusive da documentação técnica exigida	10%	230

Brasília, 29 de abril de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

ANEXO 10
QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS INDICADOS

A empresa [Nome da Empresa], inscrita no CNPJ n. [Número do CNPJ], situada à [Endereço Completo], por meio de seu representante legal, [Nome do Representante], em atendimento ao disposto no item 8.10 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico 90043/2026, indica, sob as sanções cabíveis, o(s) seguinte(s) profissional(is) de nível superior, devidamente registrado(s) no CREA, detentor(es) de Acervo Técnico Profissional (CAT), individualmente ou em conjunto, relativo(s) à execução dos serviços descritos no referido item, para participação na execução do objeto do Pregão em epígrafe:

1. Profissional(is) indicado(s):

1) Nome do profissional: _____ N. CREA: _____ _____ (Concordando com a vinculação contratual futura, caso não possua vínculo atual)	2) Nome do profissional: _____ N. CREA: _____ _____ (Concordando com a vinculação contratual futura, caso não possua vínculo atual)
3) Nome do profissional: _____ N. CREA: _____ _____ (Concordando com a vinculação contratual futura, caso não possua vínculo atual)	4) Nome do profissional: _____ N. CREA: _____ _____ (Concordando com a vinculação contratual futura, caso não possua vínculo atual)

2. Vínculo Profissional:

☐ O(s) profissional(is) indicado(s) **já possui(em) vínculo com a licitante**, conforme documentação anexa.

☐ O(s) profissional(is) indicado(s) **ainda não possui(em) vínculo com a licitante** e o vínculo será formalizado até a data da assinatura do contrato, por meio de uma das seguintes formas:

- ☐ **Carteira de Trabalho (CTPS) ou registro de empregado**
- ☐ **Contrato de prestação de serviços**
- ☐ **Estatuto ou contrato social**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

Pregão Eletrônico 90043/2026

3. Anexos:

- ✓ Certidão(ões) de Acervo Técnico-Profissional (CAT) exigida(s) para os serviços descritos no item 8.10 do Termo de Referência;
- ✓ Comprovação do vínculo profissional do(s) profissional(is) com a licitante, conforme exigências da alínea “b” do subitem 8.10.1 do Termo de Referência, se aplicável.

Local e data:

Assinatura do representante legal da empresa:

Brasília, 29 de abril de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Daniel de Souza Andrade
Pregoeiro